



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Relatório de Gestão



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	1
2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	1
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	1
3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	2
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	4
5. DESEMPENHO OPERACIONAL	53
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	54
7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL	55
8. OPERAÇÕES DE FUNDOS	56
9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CFE ANEXOS II E X DA DN-TCU-85/2007)	57
ANEXO A - DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (CONFORME ITEM 12 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)	57
ANEXO B - DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES (CONFORME ITEM 13 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)	59
ANEXO C - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CONFORME ITEM I-1.8 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)	60
ANEXO D - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (CONFORME ITEM 9 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)	62
ANEXO E - DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO (CONFORME ITEM I-1.3 DO ANEXO X DA DN-TCU-85/2007)	64



1. IDENTIFICAÇÃO

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

a) Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS	
b) Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
c) Vinculação ministerial	Ministério da Saúde	
d) Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A SVS foi criada pelo Decreto nº 4.726 de 09 de junho de 2003 que aprovou sua inclusão na estrutura regimental do Ministério da Saúde – MS.	
e) CNPJ	0039454410023-90	
f) Nome e código no SIAFI	SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - 257002	
g) Código da UJ titular do relatório	257002	
h) Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
i) Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", Edifício Sede, 1º andar – CEP: 70058-900, Brasília, DF	
j) Endereço da página institucional na internet	www.saude.gov.br/svs	
k) Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
l) Função de governo predominante	Saúde	
m) Tipo de atividade		
n) Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	257002

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a criação da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, todas as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, além da promoção à saúde, passaram a estar reunidas numa única estrutura do Ministério da Saúde, responsável pela coordenação nacional de todas as ações, executadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nas áreas de vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis e não-



transmissíveis, programas de prevenção e controle de doenças, vigilância em saúde ambiental, informações epidemiológicas e análise de situação de saúde. Essas responsabilidades são compartilhadas, segundo as atribuições de cada esfera de governo, com os gestores estaduais e municipais.

A SVS coordena programas relevantes de prevenção e controle, como: doenças sexualmente transmissíveis e Aids, dengue, malária, hepatites virais, hanseníase e tuberculose, entre outros; o Programa Nacional de Imunizações (PNI); a investigação e resposta aos surtos de doenças emergentes de relevância nacional; a rede nacional de laboratórios de saúde pública e os sistemas de informações de doenças de notificação compulsória, mortalidade e nascidos vivos. A vigilância em saúde inclui, além da área tradicional de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis, novos objetos, como: promoção da saúde, vigilância de doenças e agravos não transmissíveis, vigilância em saúde ambiental e o monitoramento da situação de saúde, que necessitam sistemas, permanentes e contínuos, de monitoramento, com o objetivo de desencadear ações oportunas para reduzir e eliminar riscos.

Dentre outros problemas de saúde que tem sido objeto de atuação da SVS, destacam-se as doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis. No primeiro conjunto de doenças, serão aqui destacadas: dengue, malária, hanseníase, tuberculose, infecção pelo HIV, AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais e doença de Chagas. Ainda neste bloco serão apresentados os principais resultados das ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Imunizações. No segundo conjunto, ou seja, das doenças não transmissíveis, serão destacadas as principais ações desenvolvidas pela SVS/MS neste campo.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

(estratégia de atuação) + prioridade SVS

Para o alcance dos objetivos propostos nos programas gerenciados pela SVS foram adotadas estratégias para o aprimoramento e fortalecimento do sistema de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde por meio da execução de ações diretas das esferas nacional e descentralizadas para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e Secretarias Municipais de Saúde (SMS) financiadas pelo mecanismo de

b



transferência fundo a fundo bem como, celebração de convênios e contratos e de acordos de cooperação técnica nacional e internacional.

A handwritten signature, possibly "R", located at the bottom right of the page.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 Principais Programas Operacionados pela Secretaria de Vigilância em Saúde

PLANO PLURIANUAL 2004-2007	
1186 - PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS	
1203 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	
1306 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	
1307 - CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE	
1308 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA E DA DENGUE	
1370 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS	
1371 - VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE	

2

4.2. PROGRAMAS

10.122.1186 - Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização
Gerente do programa	Gerson Penna
Gerente executivo	Eduardo Hage
Indicadores utilizados	Taxa de Cobertura Vacinal de Influenza em Maiores de 60 anos Taxa de Cobertura Vacinal de Poliomielite em Menores de 5 anos Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 ano Taxa de Cobertura Vacinal com a Vacina Tríplice Viral em Crianças de 1 Ano
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

A Secretaria de Vigilância em Saúde, por intermédio da Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI), define normas, parâmetros técnicos e estratégias para a vacinação da população. As atividades de imunizações são desenvolvidas com base nas informações epidemiológicas das doenças imunopreveníveis e nas evidências do conhecimento técnico e científico da área. Também é papel da Secretaria de Vigilância em Saúde a coordenação das ações de vacinação de caráter nacional, além da aquisição, conservação e distribuição dos imunobiológicos que integram o PNI.

No Programa 1186 foram executadas despesas com passagens no montante aproximado de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e despesas com diárias a servidores e colaboradores eventuais no montante aproximado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Suas principais ações são:

6031 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças

4383 - Vacinação da População



GESTÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: 10.305.1186.6031 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças
Tipo: Atividade
Finalidade:
Suprir a Rede Pública com imunobiológicos em quantidade e qualidade que atenda à demanda da população para que se atinja as metas de controle e prevenção das doenças imunopreveníveis.
Descrição
Aquisição, armazenamento, acondicionamento, distribuição e transporte de vacinas, soros e demais insumos para estados e municípios visando à vacinação da população, bem como apoio à central nacional de armazenagem e distribuição de insumos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
Departamento de Epidemiologia - DEVEP
Unidades executoras:
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações
Coordenador da ação:
Luíza de Marilac Meireles Barbosa

O Programa Nacional de Imunizações tem por objetivo disponibilizar mensalmente imunobiológicos para as 27 UF conforme grade de distribuição. Durante o ano de 2007, 100% das Unidades Federadas foram supridas do quantitativo de imunobiológicos solicitados pelas SES, a fim de prevenir e controlar e/ou erradicar as doenças em todo o país.

A meta de distribuição de 242.251.000 doses de imunobiológicos, para suprir a necessidade de imunização da população contemplada no calendário de vacinação foi superada alcançando 101,4%, o que equivale a 3,4 milhões de doses a mais do estimado na programação, como pode ser verificado no quadro a seguir:

**META FÍSICA****AÇÃO: 10.305.1186.6031** - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças

1) Produto:	Dose distribuída - Nacional
Especificação do produto:	Aquisição, armazenamento, acondicionamento, distribuição e transporte de vacinas, soros e demais insumos para estados e municípios visando à vacinação da população, bem como apoio à central nacional de armazenagem e distribuição de insumos.
Unidade Medida:	milhar
Quantitativo Programado:	242.251
Quantitativo Realizado:	245.641
Percentual Conclusão:	101,4

Em 2007, a execução orçamentária e os recursos disponíveis foram suficientes para a consecução de toda a programação de aquisição de imunobiológicos (vacinas e soros) necessários para a implementação das ações de imunização no país. As principais aquisições de imunobiológicos foram realizadas por meio da celebração de contratos/convênios com os laboratórios oficiais Fundação Butantan, Fundação Ezequiel Dias, Instituto Vital Brasil, Fundação Atila Paiva e Instituto de Tecnologia do Paraná; celebração de Portarias com a Fundação Oswaldo Cruz, e, celebração de Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a importação de imunobiológicos não produzidos ou produzidos em quantidade insuficiente pelos laboratórios nacionais. Além disso, foram ainda realizadas despesas com o transporte desses imunobiológicos para distribuição às unidades federadas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**AÇÃO: 10.305.1186.6031** - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças**Resumo Orçamentário**

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
783.750.000,00	744.494.249,19	456.733.925,37	39.255.750,81	327.016.074,63

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

AÇÃO: 10.305.1186.4383 - Vacinação da População
Tipo: Atividade
Finalidade:
Redução da mortalidade e morbidade por doenças imunopreveníveis no período neonatal e infância, assim como na idade adulta, na faixa etária de 60 anos e mais, adolescência e nos grupos de risco acrescidos para estes agravos. O não alcance dos objetivos desta ação implicará, entre outras consequências, na possibilidade do retorno de doenças sob controle ou em declínio acentuado no momento, e na elevação de custos com tratamento das doenças.
Descrição
Apoio à campanha de vacinação, nas ações de vacinação de rotina e, quando necessário, em bloqueios vacinais; viabilização de capacitação de profissionais de saúde nas ações de vacinação; execução das ações de supervisão e assessoramento técnico a estados e municípios; produção de material publicitário de utilidade pública; execução de atividades de vigilância de eventos adversos pós-vacinais e acompanhamento das atividades em estados e municípios; custos com a implantação, manutenção e monitoramento dos sistemas informatizados em estados e municípios; implantação do sistema de vigilância de eventos adversos pós-vacinais para ampliação da cobertura; realização de eventos técnicos de atualização; execução das ações complementares, excepcionalmente, em caráter suplementar, quando constatada a insuficiência da ação estadual.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
Departamento de Epidemiologia - DEVEP
Unidades executoras:
Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações
Coordenador da ação:
Luíza de Marillac Meireles Barbosa

Em relação às **campanhas de vacinação contra poliomielite**, dados consolidados do Programa Nacional de Imunização indicam que, na primeira etapa foram vacinadas 16,4 milhões de crianças menores de cinco anos, representando uma cobertura de 93,0%, e na segunda etapa 16,2 milhões, alcançando uma cobertura de 92,5%. Nessas etapas funcionaram em todo país mais de 92 mil postos de vacinação e foi mobilizado um contingente de 300 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários.

Já a campanha de vacinação do idoso, realizada entre abril e maio de 2007, alcançou uma cobertura no país de 86,7% dos maiores de 60 anos, o que corresponde a 13 milhões de idosos. Em 97% dos municípios brasileiros (5.407) foi

superada a meta recomendada pela Organização Mundial de Saúde que é de 70% do grupo alvo.

Como pode ser observado no quadro a seguir, o resultado da meta física ficou em 75,49% do programado (180 milhões de doses) pelo fato de tratar-se de dados parciais, informados até 10 de janeiro. A perspectiva é de que a meta seja alcançada quando da finalização da consolidação dos dados prevista para março de 2008, uma vez que o registro das informações no Sistema de Informação de Avaliação do Programa Nacional de Imunizações (SIAPI) é feito desde o nível local.

METAS FÍSICAS

1) Produto:	DOSE APLICADA - Nacional
Unidade Medida:	milhar
Especificação do produto:	Vacinas contra: Poliomielite, Influeza, Hepatite B, Tetravalente, Triplice Viral, BCG, Rotavírus e Febre Amarela.
Quantitativo Programado:	180.000
Quantitativo Realizado:	135.883
Percentual Conclusão:	75,49%

Observa-se ainda, que para o desenvolvimento das diversas atividades envolvidas no processo de vacinação da população, dentre elas o apoio às campanhas de vacinação, às atividades de vacinação de rotina e, quando necessário, em bloqueios vacinais foram celebrados convênios com instituições de ensino e pesquisa para realização de estudos de custo-efetividade para incorporação de novas vacinas e de avaliação de impacto e/ou efetividade de vacinas implantadas; aquisição de seringas e agulhas para distribuição às Secretarias Municipais de Saúde; celebração de Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a realização de capacitações e de eventos técnico-científicos de interesse do Programa Nacional de Imunizações, bem como, repasse de recursos financeiros para o Comando Geral da Aeronáutica para o desenvolvimento das ações de imunização em áreas de difícil acesso da Região Amazônica, do Pantanal e áreas indígenas.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

AÇÃO: 10.305.1186.4383 - Vacinação da População

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
9.300.000,00	9.138.737,54	338.863,19	161.262,46	8.961.136,81

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

PROGRAMA:

1203 - Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prevenir e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna; reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores e zoonozes.
Gerente do programa	Gerson Penna
Gerente executivo	Eduardo Hage Carmo
Indicadores utilizados	Incidência do Sarampo Coeficiente de Incidência de Paralisia Flácida Aguda Taxa de Investigação In Loco em Emergências Epidemiológicas de Relevância Nacional Taxa de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Encerrados Oportunamente Incidência de Raiva Humana Transmitida por Animal Doméstico Taxa de Municípios com pelo menos 80% de Cobertura Vacinal Canina Taxa de Letalidade por Leishmaniose Visceral (Calazar)
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Por intermédio da **ação 10.305.0829** foram transferidos mais de 70% dos recursos alocados no programa 1203 aos fundos estaduais e municipais de saúde visando o cumprimento do conjunto de atividades e metas pactuadas entre a Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, Secretarias Estaduais de Saúde - SES e Secretarias Municipais de Saúde - SMS, relativos à área de epidemiologia e controle de doenças, de vigilância ambiental em saúde e ações básicas de vigilância sanitária, denominada Programação de Ações Prioritárias (PAP).

Com relação às despesas com passagens, no Programa 1203 foi executado um montante aproximado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e despesas com diárias a servidores e colaboradores eventuais no montante aproximado de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

A seguir estão detalhadas as ações relevantes:



GESTÃO DAS AÇÕES

AÇÃO: 10.305.1203.0829 - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças.
Tipo: Operações Especiais
Finalidade:
Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.
Descrição
Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal para custeio das ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
DIGES
Unidades executoras
DIGES
DIGES
Coordenador da ação:
Fabiano Geraldo Pimenta Junior

O Ministério da Saúde, a partir de 2006, instituiu o Pacto pela Saúde - um conjunto de reformas institucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) pactuado entre as três esferas de gestão (União, estados e municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, para alcançar maior eficiência e qualidade nas respostas do SUS. Em decorrência desse processo, também foram modificadas as transferências dos recursos federais para estados e municípios passando a ser divididas em cinco grandes blocos de financiamento (Atenção, Básica, Média e Alta Complexidade da Assistência, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e Gestão do SUS)

Foram realizados monitoramento do cumprimento das metas da Programação de Ações Prioritárias (PAP) da Área de Vigilância em Saúde nas Secretarias Estaduais

de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde das capitais e 25% dos municípios com população acima de 100.000 habitantes.

Como pode ser constatado pelo quadro a seguir, a meta física da ação foi alcançada integralmente em todas as Unidades Federadas juntamente com os municípios certificados que executam as ações de vigilância em saúde, conforme previsto na PAP-VS.

METAS FÍSICAS

1) Produto:	POPULAÇÃO COBERTA
Unidade Medida:	milhar
Especificação do produto:	População dos estados certificados
Quantitativo Programado:	189.335
Quantitativo Relizado:	189.328
Percentual Conclusão:	100%

Os recursos foram repassados para os fundos de saúde municipais, estaduais e do distrito federal na modalidade fundo a fundo, compostos pelas seguintes parcelas: recursos para unidade da federação, com base em característica epidemiológica, populacional e territorial de cada estado; incentivo financeiro aos municípios que se certificaram, ou seja, assumiram a responsabilidade na área de vigilância em saúde. Também contemplou recursos financeiros adicionais para: realização de campanhas de vacinação humana e campanhas de vacinação anti-rábica animal repassado de acordo com as pactuações em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite, observando-se o valor global estabelecido pela Secretaria de Vigilância em Saúde para cada uma das unidades federadas; o Fator de Incentivo para os Laboratórios Centrais de Saúde Pública – FINLACEN; ações de estruturação da rede nacional de prevenção das violências e promoção da saúde; ações relacionadas à estratégia global referentes às práticas corporais e atividade física; incentivo financeiro para o fortalecimento da gestão em vigilância em saúde aos municípios selecionados no Projeto VIGISUS II.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

AÇÃO: 10.305.1203.0829 - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a Epidemiologia e Controle de Doenças

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
821.575.000,00	821.320.321,50	734.002.346,33	254.678,50	87.572.653,67

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

AÇÃO: 10.305.1203.4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
Tipo: Atividade
Finalidade: Facilitar a formulação e avaliação das políticas, planos e programas de saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões, com vistas a contribuir para a melhoria da situação de saúde da população.
Descrição Instituição do planejamento de ações integradas de vigilância em saúde nas três esferas de governo; gerenciamento dos sistemas nacionais de informação da área de vigilância em saúde promovendo a integração com os demais sistemas de interesse epidemiológico; implementação de assessoramento técnico a estados e municípios nas áreas de vigilância em saúde; implementação de processo de acompanhamento e avaliação sistemática das ações de prevenção e controle de doenças; promoção de ações de desenvolvimento de recursos humanos nas três esferas de governo em vigilância em saúde; promoção de ações de educação em saúde, mobilização social e publicações técnico científicas e de utilidade pública; estabelecimento e operacionalização de mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional, em especial com países fronteiriços na área de vigilância em saúde; promoção de eventos técnicos científicos na área de vigilância em saúde; aquisição de equipamentos e material permanente para prevenção e controle de doenças; normalização, coordenação, capacitação e viabilização da execução, acompanhar e avaliar ações desenvolvidas nos três níveis de gestão do SUS e executar ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar quando constatada a insuficiência da ação estadual. Estímulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos aplicados à vigilância em saúde Apoio a operações de campo para prevenção e controle de doenças.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas DEVEP
Unidades executoras
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução
Coordenador da ação: José Ricardo Pio Marins

C

O quadro de execução física da ação, detalhado a seguir, demonstra que o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica está implantado, com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados, visando ao desenvolvimento das ações de controle das doenças. Destacam-se: elaboração do programa de curso à distância de Especialização em Epidemiologia em parceria com a ENSP e EAD; a contratação de avaliação de processo da Rede de Formação de Recursos Humanos em Vigilância em Saúde; o monitoramento de 21 cursos por meio dos relatórios enviados pelas instituições. Dois mestrados profissionais programados e contratados.

Outros destaques foram: a implantação do SINAN-NET em 4.578 municípios superando a expectativa inicial de atender a 3.800 municípios; ampliação da Vigilância Epidemiológica de pneumonia em todos os estados; notificação de casos de coqueluche com coleta e amostras clínicas oportunas.

METAS FÍSICAS (TODAS)

1) Produto:	- Nacional
Unidade Medida:	unidade
Especificação do produto:	Sistema de Vigilância Epidemiológica com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados que possibilitem conhecer o perfil epidemiológico da população e suas necessidades, os fatos de risco específicos que devem ser monitorados visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle de doenças, bem como avaliação dessas ações.
Quantitativo Programado:	1
Quantitativo Realizado:	1
Percentual Conclusão:	100%

Para a implementação do sistema de vigilância epidemiológica foram celebrados convênios com instituições de ensino e pesquisa para avaliação do processo de construção da rede de formação de recursos humanos em vigilância em saúde; fomento ao desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias para prevenção e controle de doenças negligenciadas; e, apoio à realização de eventos técnico-científicos de interesse na área de epidemiologia e vigilância em saúde. Foi ainda celebrado Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a realização de capacitações e de eventos

[Assinatura]

técnico-científicos visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle de doenças. Por meio de execução direta foram realizadas aquisição de veículos a serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

AÇÃO: 10.305.1203.4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
14.129.999,00	12.508.548,56	2.791.943,11	1.621.450,44	11.338.055,89

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

AÇÃO: 10.305.1203.3994 - Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS

Tipo: Projeto

Finalidade:

Fortalecer o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde para reduzir a mortalidade e a morbidade de doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como a exposição aos fatores de riscos associados com a saúde, ampliando a acessibilidade e melhorando a eficiência da saúde.

Descrição

Fortalecimento da vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, prevenção e controle de doenças, análise de situação de saúde e da gestão em vigilância em saúde nas esferas federal, estadual e municipal, mediante investimentos e desenvolvimento de infra-estrutura, capacitações, sistemas de informações, estudos e pesquisas, assessoria técnica, monitoramento e avaliação, educação e comunicação e fortalecimento institucional.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

Diretoria de Técnica de Gestão (DIGES)

Unidades executoras

Unidade de Gerência de Projetos

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Diretoria de Técnica de Gestão (DIGES). Departamento de Vigilância Epidemiológica (DEVEP), Departamento de Análise de Situação de Saúde (DASIS) e Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM)

Coordenador da ação:

Diretoria de Técnica de Gestão (DIGES)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.305.1203.3994 - Modernização do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
100.931.750,00	80.937.330,18	43.937.888,50	19.994.419,82	56.993.861,50

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

Como demonstra o quadro abaixo, a meta física foi concluída com sucesso, embora o valor utilizado tenha ficado abaixo do orçamento aprovado. Orçamento aprovado R\$ 100.931.750,00; Orçamento utilizado R\$ 80.937.330,18.

METAS FÍSICAS

1) Produto: SISTEMA MODERNIZADO - Nacional
Especificação do produto: Sistema Nacional de Vigilância em Saúde modernizado.
Unidade Medida: % de execução física
Quantitativo Programado: 6
Quantitativo Realizado: 6
Percentual conclusão: 100

A seguir, apresentamos o quadro Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado no período de 2007.

A seguir, apresentamos o quadro Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado no período de 2007.

[assinatura]

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado (jan a dez/2007):

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos) BIRD (0148) ²		Contrapartida nacional (1151/1155) ²		Motivo**	Valor do ano 2005		Valor das Tr
		R\$	US\$	R\$	US\$		R\$	US\$	
Código do Projeto: Acordo de empréstimo 7227 - PROJETO VIGISUS II	(US\$ 149,750,000.00 2ª fase do Acordo de Empréstimo 7227/IBR) - Somente executor SVS/MS ¹	31.782.730,70	16.213.148,73	62.346.930,64	32.534.499,91	juros	21.221,18	9.068,88	875.757,77
Descrição: Segundo Projeto de Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS II							430.951,08	184.167,13	718.271,30
Finalidade: Fortalecer o Sistema de Vigilância em Saúde para reduzir a mortalidade e a morbidade de doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como a exposição dos fatores de riscos associados com a saúde; e ampliar a acessibilidade e melhorar a eficiência da saúde.									
Organismo Financiador: Banco Mundial e o Governo Federal									

* apresentar individualmente por motivo. **Amortização

* apresentar individualmente por motivo. **Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.
Fonte: AE7227BR/SAFI GERENCIAL e World Bank(Client Connection)

Legenda:

¹ Unidade de Gerência de Projetos da Secretaria de Vigilância em Saúde/SVS - MS

² Provisão recebida em 2007 pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/MS (conversão dólar SISBACEN)

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. Realizados)

A implementação do Projeto é satisfatória. No período de DEZ/2004 a DEZ/2007, foi empenhado US\$ 112.255.717,00, dos quais o montante de US\$ 36.252.767,00 foi desembolsado, o que representa uma execução orçamentária de aproximadamente 75%.



PROGRAMA:

1306 - Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis e melhorar a qualidade de vida dos pacientes
Gerente do programa	Gerson Pena
Gerente executivo	Mariangela Simão
Indicadores utilizados	Coeficiente de Mortalidade por AIDS Coeficiente de Incidência de AIDS Taxa de Detecção de Casos de Sífilis Congênita
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

A Missão do Programa Nacional de DST e Aids (PN-DST/AIDS) é "reduzir a incidência do HIV/aids e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/aids". Para isso, foram definidas as seguintes diretrizes: (i) Promover o acesso universal a insumos de prevenção, diagnóstico e tratamento das DST/Aids; (ii) Fortalecer, implementar e ampliar as ações de DST, HIV e aids na rede SUS, de forma integral e equânime; (iii) Promover a defesa dos direitos humanos e reduzir o estigma e discriminação às PVHA e populações vulneráveis; e (iv) Fortalecer a governança da resposta às DST e ao HIV/Aids nas três esferas de governo.

AÇÃO:
4370 - Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Tipo: Atividade
Finalidade:
Realizar análises epidemiológicas de cada agravo com identificação de fatores determinantes para proposição e viabilização da execução de medidas visando a redução/controle ou eliminação dos



agravos.
Descrição
Aquisição, acondicionamento, conservação, transporte e distribuição de medicamentos para o tratamento ambulatorial e domiciliar dos casos positivos da doença; manutenção das empilhadeiras hidráulicas; locação de câmaras frigoríficas; transporte de cargas e encomendas; despesas com o despachante aduaneiro, bem como as despesas com o agente financeiro.
Unidades executoras
Programa Nacional de DST/AIDS
Coordenador da ação:
Mariangela Simão

Ressalta-se nesta Ação do **Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis** a garantia da manutenção, em 2007, do acesso ao tratamento com os medicamentos antiretrovirais (ARV).

A distribuição dos medicamentos ARV é feita às Secretarias Estaduais de Saúde que redistribuem para as Unidades de Dispensação de Medicamentos ARV existentes no país, localizadas nos serviços de saúde estaduais e municipais que fazem a disponibilização diretamente para as pessoas que vivem com HIV e Aids. O licenciamento compulsório do Efavirenz e as negociações de preços dos demais medicamentos antiretrovirais possibilitaram, ainda em 2007, uma redução de mais de R\$ 150 milhões nos gastos, garantindo a sustentabilidade da política de acesso universal aos medicamentos antiretrovirais e a incorporação de novas terapias.

METAS FÍSICAS

1) Produto:	PACIENTE ATENDIDO - Nacional
Unidade Medida:	unidade
Especificação do produto:	
Quantitativo Programado:	192.000
Quantitativo Realizado:	180.300
Percentual Conclusão:	93,91%

C



Até dezembro do mesmo ano, 180.300 pessoas (dados não conclusivos), se beneficiaram do tratamento com antiretroviral (TARV). Apesar do quadro de execução física demonstrar o não cumprimento da meta, outro dado importante é de que não há registro de reclamação quanto a não disponibilidade do medicamento ARV, podendo-se inferir que 100% da demanda ao tratamento tenha sido atendida.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4370 - Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
710.170.228,00	708.598.407,28	446.977.327,60	1.571.820,72	263.192.900,40

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

AÇÃO:

4327 - Atenção à Saúde das Pessoas com HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Tipo: Atividade

Finalidade:

Garantir a qualidade da atenção às pessoas vivendo com HIV/Aids e aos portadores de DST, ampliar o acesso aos serviços de saúde e promover o desenvolvimento científico e tecnológico mediante estudos e pesquisas, informações estratégicas e aprimoramento da gestão.

Descrição

Realização de estudos e pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia, de epidemiologia, de ações comportamentais, de ciências básicas, de organizações de serviços, de gestão, entre outras; produção de informação estratégica; realização de projetos com OSC, ONG, OG, Setor Privado nas três instâncias de governo; implementação do Projeto nascer e outras práticas de atenção à saúde das populações vulneráveis e das pessoas vivendo com HIV/Aids; realização de treinamentos, oficinas de trabalho, fóruns de discussão e debates, encontros, seminários, congressos e outros eventos para capacitação; realização de supervisões, de monitoramento e de avaliação; elaboração, aquisição e distribuição de material educativo e informativo; aquisição de equipamentos e materiais permanentes; aquisição de bens de consumo e outros insumos; implementação de sistemas informativos de monitoramento e avaliação; promoção e participação de eventos e capacitações de âmbito nacional e/ou internacional; pagamento das despesas necessárias ao funcionamento rotineiro da Coordenação, tais como: telefones e fax, material de expediente e outros materiais de consumo, pagamentos de pessoal; manutenção dos veículos, dos equipamentos de informática, do servidor da rede informatizada, do sistema elétrico e hidráulico, de limpeza, de copa e outros; acompanhamento e controle dos padrões técnicos de qualidade à realização de diagnóstico em DST/ HIV/ Aids; aquisição de testes de diagnóstico de HIV e DST para distribuição aos laboratórios de saúde pública;

realização dos testes pela rede de laboratórios públicos.
Unidades executoras
Programa Nacional de DST/AIDS
Coordenador da ação:
Mariangela Simão

A atenção envolve atividades e ações em promoção, prevenção, diagnóstico, assistência e tratamento em HIV/aids e outras DST. Avanços no âmbito da prevenção foram verificados em 2007, tais como: o Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que atingiu 400 municípios, e capacitou 3.000 profissionais das áreas da saúde e educação; bem como as ações de promoção dos direitos humanos no enfrentamento do estigma, preconceito e homofobia, como formas de reduzir a vulnerabilidade da população ao HIV e à Aids, principalmente junto a profissionais do sexo, usuários de drogas, travestis, transexuais, gays e outros homens que fazem sexo com homens.

Ressalta-se também as medidas implementadas para a ampliação do diagnóstico do HIV e da redução da transmissão vertical do HIV e da sífilis, pactuadas com todas as instâncias de governo e que possibilitarão a redução dos casos de HIV/Aids e sífilis congênita entre crianças. A ampliação do acompanhamento da infecção pelo HIV mediante os testes de carga viral, CD4/CD8 e genotipagem permitem melhoria no tratamento. A assistência e tratamento das pessoas vivendo com HIV/Aids e demais usuários do SUS é realizada pela rede estadual/municipal de saúde.

METAS FÍSICAS

1) Produto:	PESSOA ATENDIDA - Nacional
Unidade Medida:	unidade
Especificação do produto:	Número de pessoas atendidas na rede pública, portadores de DST/HIV/Aids
Quantitativo Programado:	300.000
Quantitativo Realizado:	350.000
Percentual Conclusão:	116,67%

Meta encerrada em dezembro 2007, ultrapassando o quantitativo previsto. Esta ação



é uma iniciativa relacionada às pessoas que vivem com HIV/Aids no Brasil como um todo. Nela estão incluídas atividades de diagnóstico e acompanhamento do HIV, assistência e tratamento as pessoas, estudos e pesquisas em HIV/Aids, capacitações e material informativo e educativo, além de outras atividades de rotina do Programa Nacional.

Além de incentivos a estudos, pesquisas, desenvolvimento científico e tecnológico o Programa vem, ao longo dos anos, apoiando a pesquisa e transferência de tecnologia em testes, reduzindo os custos previstos em 2007.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4327 - Atenção à Saúde das Pessoas com HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
129.336.149,00	107.438.578,03	32.578.550,96	21.897.570,97	96.757.598,04

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

AÇÃO:
0214 - Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
Tipo: Operações Especiais
Finalidade:
Intensificar e/ou fortalecer as ações de promoção, de desenvolvimento institucional e assistencial aos portadores de DST / HIV / Aids, implementados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.
Descrição
Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, para o desenvolvimento das ações de gestão, promoção, prevenção e qualificação da atenção às pessoas vivendo com HIV/Aids e outras DST.
Unidades executoras
Programa Nacional de DST/AIDS
Coordenador da ação:
Mariangela Simão

A Política do Incentivo instituída pela Portaria MS 2313/02 está totalmente vinculada a esta Ação. Os repasses anuais de recursos foram realizados pelo FNS- Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde municipais, estaduais e do distrito federal na modalidade fundo a fundo, definidos pelas respectivas Portarias da Política do Incentivo para cada estado, DF e municípios separadamente, não tendo uniformidade dentro de cada região, pois são com base em características epidemiológica, populacional e territorial de cada estado/município.

Os recursos se destinam a: (i) atender às Metas, atividades e ações em DST/HIV/Aids previstas nos PAM – Planos de Ações e Metas anuais das 27 SES e das 453 SMS qualificadas na Política; (ii) para repasse pelas SES/SMS para as OSC selecionadas por edital público e para casas de apoio que atendem pessoas vivendo com HIV/Aids; e (iii) outra parcela dos recursos que são repassados às SES/SMS para aquisição descentralizada de fórmula infantil, em substituição ao leite materno, destinada a nutrir os recém-nascidos filhos de mãe HIV+.

Com relação a Meta prevista na Ação observou-se que em 2007 comparativamente a 2006, houve um aumento de 6% no número de municípios qualificados para recebimento de recursos da Política, representando 26 novos municípios e totalizando 480 unidades federadas participantes, sendo 453 municípios, 26 estados e o DF.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

0214 - Incentivo Financeiro a Estados e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
147.033.851,00	143.033.851,00	133.987.815,27	4.000.000,00	13.046.035,73

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

METAS FÍSICAS

1) Produto:	Ente federativo qualificado
Unidade Medida:	unidade
Especificação do produto:	número de estados e municípios qualificados na Política do Incentivo às Ações em DST/HIV/Aids
Quantitativo Programado:	500
Quantitativo Realizado:	480
Percentual Conclusão:	96%

A Meta não foi atingida plenamente no seu quantitativo geral, mas individualmente alguns estados ultrapassaram especificamente a sua meta prevista e outros não a atingiram. Restrições no orçamento aprovado limitaram a possibilidade de aumento no número de municípios qualificados em cada estado. Mesmo assim o processo de descentralização de recursos para novos municípios ocorreu de maneira mais tímida, tendo sido feita com recursos que são repassados para os Estados. Como não há aumento dos recursos, devido às restrições orçamentárias, não há a inclusão de novos municípios pelo aporte de novos recursos, mas sim pela descentralização de recursos que são repassados as SES e esta decide que determinado município deva receber recursos diretamente do FNS. Assim a SES reduz seu montante recebido em no mínimo R\$ 75.000,00 que é repassado então via FNS para a SMS do município selecionado e que passará pelo processo de qualificação para iniciar a receber os recursos.

Os recursos são repassados em parcelas mensais, ou quadrimestrais quando o valor do repasse anual é menor que R\$ 200.000,00. A diferença entre os valores de repasse mensais para estados e municípios é resultante dos procedimentos inerentes à Política do Incentivo, tais como: (i) não uniformidade dos valores individuais; (ii) o FNS nem sempre dispõem de recursos financeiros suficientes para repasse relativo a cada mês, podendo acumular um ou dois meses as liberações; (iii) as liberações mensais e quadrimestrais seguem a lógica inicial do mês de qualificação do estado e do conjunto de seus municípios participantes, que aconteceu em meses diferenciados, resultando em quantitativos diferentes de estados e municípios recebendo em cada mês; (iv) novas qualificações de



municípios, com recursos que eram repassados para o Estado, interfere no valor mensal repassado às SES e SMS; e (v) as liberações para fórmula infantil são feitas em sua maioria em parcela única devido ao baixo valor, e feita em meses diferenciados conforme a qualificação dos estados e municípios.

Está previsto aumento de recursos no orçamento 2008 e no PPA 2008-2011 visando o aumento do número de municípios participantes e qualificados e o aumento do valor individual de repasse para estados e municípios participantes.

Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:
Exercício de 2007

Exercício de 2007							
Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			
				Motivo**	Valor no ano (US\$)	Valor no ano (R\$)	Valor acumulado no projeto
ACORDO DE EMPRESTIMO BIRD 4713/BR	US\$ 200,0 milhões	US\$ 100,0 milhões	US\$ 100,0 milhões	Desembolso BIRD	US\$ 19,191 milhões	37,500 milhões	US\$ 84,119 milhões
				Juros	US\$ 6,081 milhões	11,728 milhões	US\$ 9,093 milhões
				Comissão de compromisso	US\$ 0,105 milhões	0,206 milhões	US\$ 0,641 milhões

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.
Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstas vs. realizados).

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. Realizados)

O projeto Aids III tem alcançado plenamente os resultados previstos, contribuindo para consolidar o Programa Nacional de DST e Aids como um dos mais eficientes entre os países em desenvolvimento, conforme avaliação do próprio Banco Mundial/BIRD, por realizar ações de prevenção e controle que têm mantido a prevalência de Aids em 0,6% para 100 mil/hab na população adulta desde 2000. Os principais indicadores foram alcançados e analisados pela equipe do Banco na última Missão de dezembro 2007, bem como foram realizadas as aquisições dos insumos previstos no Acordo (preservativos masculinos e femininos). A vigência do Projeto encerrou-se em 31 de dezembro de 2007, havendo ainda o período de graça de 4 meses para a comprovação final dos gastos já realizados e desembolso total do Projeto. As datas de Desembolso (e taxa) : 23/02/07 (2,0921); 20/06/07 (1,9270) e 25/07/07 (1,8576) Juros: tx média 1,9285 Comissão: tx média: 1,9619.



PROGRAMA:

1307 - Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse em saúde pública e eliminar a hanseníase enquanto um problema de saúde pública.
Gerente do programa	Gerson Penna
Gerente executivo	Eduardo Hage
Indicadores utilizados	Coeficiente de Prevalência de Hanseníase Taxa de Municípios Prioritários do Plano Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) Utilizando Tratamento Supervisionado Coeficiente de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 Anos Taxa de Cura da Tuberculose Taxa de Cura de Hanseníase
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

Ainda que o país apresente um importante decréscimo nas taxas de prevalência e de detecção de casos novos de hanseníase, a magnitude da doença, segundo regiões geográficas, aponta para a necessidade da execução de atividades que dêem impacto na sua transmissão, de modo a atingir, em cada município, valores inferiores a 1 caso por 10 mil habitantes. A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde pública no Brasil que, juntamente com vinte e um países, atualmente, concentra 80% dos casos de doença de todo o planeta.

Com relação aos gastos com diárias e passagens com recursos do programa, foram executadas despesas com passagens no montante aproximado de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) e despesas com diárias a servidores e colaboradores eventuais no montante aproximado de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

AÇÃO:
10.305.1307.6185 - Vigilância, Prevenção e Controle para Eliminação da Hanseníase
Tipo: Atividade
Finalidade:
Reduzir a morbidade de hanseníase atingindo níveis de eliminação como problema de saúde pública e controle de outras dermatoses de interesse em saúde pública.
Descrição
Repasse de recursos financeiros aos estados para: capacitação de pessoal, campanhas de divulgação, supervisão e aquisição de equipamentos; repasse de recursos financeiros para aos centros de referências nacionais para: execução de estudos e pesquisas de interesse da dermatologia sanitária, capacitação de pessoal, aquisição de equipamentos, manutenção, supervisão e assessoria técnica aos estados; monitoramento das ações por meio de supervisões, assessorias técnicas, oficinas de trabalho, avaliações estaduais, regionais e nacional; monitoramento de estados com hanseníase eliminada ou próximos da eliminação, segundo os critérios da OMS (< 1 doente a cada 10.000 hab.); informação, educação e comunicação por meio de: produção, impressão e distribuição de material técnico-normativo e instrucional; produção e divulgação de campanhas educativas no rádio e TV; produção e distribuição de folderes, cartazes, fitas de vídeo, CD-ROM e outros materiais; apoio à capacitação de recursos humanos em áreas de interesse do programa; apoio às ações educativas desenvolvidas pelo MORHAN
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
DEVEP
Unidades executoras
CGPNH
Coordenador da ação:
Maria Leide Wan Del Rey de Oliveira

Para aproximar-se da meta de eliminação da hanseníase, como problema de saúde pública (menos de 1 caso para cada 10.000 habitantes) na esfera nacional, o Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase vem mantendo assessoria técnica continuada aos 27 estados da federação e de forma mais intensiva aos 69 municípios prioritários, mediante: manutenção de força tarefa nos estados com maior problema operacional; financiamento da capacitação aos profissionais da atenção básica para estimular a descentralização das ações de diagnóstico e tratamento; articulação com a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) para viabilizar o acesso a

procedimentos de media e alta complexidade. Portanto, consideramos alcançada a meta física explicitada no quadro abaixo.

METAS FÍSICAS

1) Produto:	POPULAÇÃO COBERTA - Nacional
Unidade Medida:	milhar
Especificação do produto:	Para alcance da meta de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública (menos de 1 caso para cada 10.000 habitantes) o Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase deverá viabilizar a capacitação de equipes da saúde da família, agentes comunitários de saúde e profissionais da rede básica de atenção de modo que este nível de complexidade assuma as ações de diagnóstico e tratamento. A aquisição e distribuição de medicamentos em quantitativos adequados é uma das atividades essenciais desenvolvidas. O PNEH também oferece apoio e assessoria técnica aos estados e municípios prioritários no que se refere a análise de situação epidemiológica, disseminação de normas técnicas e operacionais assim como repasse de recursos financeiros fundo a fundo para estados e municípios executarem os seus planos de eliminação.
Quantitativo Programado:	189.335
Quantitativo Realizado:	189.335
Percentual Conclusão:	100%

A oferta de medicamentos para o tratamento da hanseníase foi assegurada de forma gratuita em 100% dos serviços públicos com ações descentralizadas. Os indicadores pactuados foram monitorados continuamente por meio de treinamento nos aplicativos para relatórios na base de dados do SINAN, de modo a ter dados fidedignos e ágeis, especialmente das saídas por cura. Com essa mesma finalidade está sendo discutido um aplicativo para a retirada de duplicidade de registro ativo. O PNEH vem buscando viabilizar esta meta, com o aumento da cobertura de serviços que realizam diagnósticos e tratamento da hanseníase; além de fornecer os medicamentos de forma gratuita para todos os portadores de hanseníase, garantindo assim, a cura de todos os pacientes diagnosticados com esta enfermidade.

O PNCH realizou Reunião Nacional de Monitoramento e Avaliação (23 a 25 de julho) com a participação dos coordenadores estaduais e de capitais de hanseníase, grupo técnico assessor de hanseníase dos estados, universidades, centros de referências de hanseníase, TCU, INCRA, parceiros nacionais e internacionais, com o objetivo de



fortalecer as ações de controle da hanseníase e consequentemente contribuir para ampliação da assistência de hanseníase na Rede de Serviços do SUS, mais especialmente na Atenção Básica.

Com relação a Taxa de Cura - um indicador importante para medir a qualidade de serviço - os dados ainda não estão disponíveis devido a base de dados do Sinan NET da rede do MS ainda está incompleta para hanseníase em função da migração dos dados da versão SINAN Windows para versão SINAN Net não ter acontecido em sua completude em todos os estados prejudicando a análise deste indicador.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
15.230.000,00	11.164.551,56	741.527,55	4.065.448,44	14.488.472,45

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

As principais atividades desenvolvidas para implementação do Programa Nacional envolveram a celebração de convênios com instituições de ensino e pesquisa, secretarias estaduais de saúde e organizações da sociedade civil para estruturação de unidades de referência. Foram realizados apoios a eventos técnico-científicos e ao desenvolvimento de pesquisas operacionais de interesse da área, bem como, a celebração do Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a realização de capacitações e de eventos técnico-científicos visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle. Foram ainda executadas despesas para a impressão de manuais técnicos e informativos sobre diagnóstico e tratamento de hanseníase.

AÇÃO:
10.305.1307.6184 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose e outras Pneumopatias de Interesse em Saúde Pública
Tipo:
Atividade
Finalidade:
Reduzir a morbidade da tuberculose interrompendo a cadeia de transmissão por meio da detecção precoce dos casos, do tratamento dos doentes e da proteção dos sadios. Introduzir na rotina do sistema público de saúde um esquema terapêutico ao asmático, visando melhorar sua qualidade de vida, evitando o absenteísmo à escola e/ou ao trabalho, diminuindo a mortalidade.
Descrição
Monitoramento das ações mediante supervisões, assessorias técnicas aos estados e municípios; oficinas para avaliações estaduais regionais e nacionais. Implementação das ações mediante repasse de recursos financeiros aos estados para capacitação de pessoal, campanhas de divulgação, supervisão e aquisição de equipamentos. Promover, participar e acompanhar o desenvolvimento de estudos e pesquisas operacionais de âmbito local, estadual e nacional. Apoio às ações educativas e às estratégias para adesão do paciente ao tratamento desenvolvido pelo 3º setor que trabalha com tuberculose.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
DEVEP
Unidades executoras
CGPNCT
Coordenador da ação:
Atualizar sisplam

O controle da **tuberculose** também tem sido tratado como prioridade pelo Governo Federal, com notificação de 76.241 casos novos em 2006, o que tem representado uma redução de 3,4% ao ano desde 1999. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose – PNCT na rede SUS em 2006, passando de 51% para 68,8%. Até outubro de 2007, foram 4,8 mil serviços de saúde fornecendo medicação para tuberculose nos municípios prioritários, adotando a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela OMS, estratégia que contribui para a melhoria da taxa de cura, além de reduzir internações, óbitos e a resistência aos medicamentos atualmente disponíveis.



METAS FÍSICAS

1) Produto:	POPULAÇÃO COBERTA - Nacional
Unidade Medida:	milhar
Especificação do produto:	População Coberta pelo Sistema Único de Saúde, onde a finalidade é detectar, diagnosticar e acompanhar os pacientes com tuberculose durante o tratamento.
Quantitativo Programado:	189.335
Quantitativo Realizado:	189.335
Percentual Conclusão:	100%

Observou-se em 2007, um aumento de 831 municípios prioritários referente para à descentralização do Tratamento Supervisionado, fator esse que faz com o paciente seja acompanhado o mais próximo possível de sua residência e com distribuição gratuita de medicamentos a todos os pacientes de tuberculose.

Outro resultado importante foi o encerramento de 74% dos casos da doença registrados visto que durante o ano de 2007 um novo sistema de informação foi disponibilizado e os Municípios/Estados estarem passando por um processo de migração da base de dados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.305.1307.6184 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose e outras Pneumopatias de Interesse em Saúde Pública

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
15.230.000,00	11.164.551,56	741.527,55	4.065.448,44	14.488.472,45

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

Para a implementação do Programa Nacional de Controle da Tuberculose foram executadas, dentre outras, as seguintes atividades: celebração de convênios com instituições de ensino e pesquisa para fomento ao desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias para prevenção e controle; celebração de Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de

Saúde (OPAS) para a realização de capacitações e de eventos técnico-científicos de interesse. Por meio de execução direta foram realizadas aquisição de veículos a serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB).

Foram realizadas ainda, oficinas de mobilização em todas as Regiões do Brasil com a participação de todos Estados onde estiveram presentes diversos Secretários Estaduais e Municipais, além de Técnicos dos Programas Estaduais e Municipais dos Municípios Prioritários; cursos para multiplicadores em Sistema de Informação nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste e nos Estados de Pernambuco, Pará e Piauí onde técnicos do PNCT foram os facilitadores. Esses cursos tiveram como objetivo principal, atualizar as equipes estaduais e municipais na nova versão disponibilizada em 2007; cursos para Vigilância Epidemiológica e Laboratorial com o apoio de técnicos da Coordenação Geral de Laboratórios; curso para Gerentes de Programa Municipal com a participação dos municípios envolvidos no projeto Fundo Global, além da participação de outros profissionais da esfera Federal, Estadual e Municipal não envolvido no Projeto.

Importante destacar o início da execução do projeto de apoio às ações de tuberculose com recursos doados pelo Fundo Global para o período de cinco anos, atividades, que em 2007, foram realizadas juntamente com a Sociedade Civil e 57 Municípios em 10 áreas metropolitanas. Foram Realizadas de diversas visitas, por técnicos e colaboradores do Programa Nacional, a Estados e Municípios com finalidade de assessorar, monitorar e avaliar as atividades do Programa de Controle da Tuberculose dessas esferas, em todos os seus segmentos.

PROGRAMA:

1308 - Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir a incidência da malária e da dengue.
Gerente do programa	Gerson Penna
Gerente executivo	Fabiano Geraldo Pimenta Júnior
Indicadores utilizados	Coeficiente de Incidência de Dengue Coeficiente de Incidência de Malária na Amazônia Legal
Público-alvo (beneficiários)	População residente em áreas receptivas e vulneráveis à malária e à dengue

Principais Ações do Programa

A atual situação epidemiológica da dengue caracteriza-se pela circulação simultânea de três sorotipos virais, existência de um grande número de municípios com a presença do *Aedes aegypti* e a ocorrência da doença em níveis endêmico-epidêmico, em todas as regiões do país justificam a importância da ação de controle da doença. Esse padrão atual destaca-se, também, pelo aumento na notificação dos casos hemorrágicos e pelo surgimento de formas graves, com características que se diferenciam do antigo perfil, como: ocorrência de febre hemorrágica em faixas etárias mais jovens. Outra ação prioritária é a de controle da malária que apesar da ocorrência de uma redução geral de casos na região da Amazônia Legal, observa-se o incremento do percentual de casos de malária por *P. falciparum*, o que pode favorecer a ocorrência de formas graves e de óbitos.

No Programa 1308 foram executadas despesas com passagens no montante aproximado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).



AÇÃO:
10.305.1308.6235 - Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue
Tipo: Atividade
Finalidade:
Reduzir a ocorrência da dengue assim como os óbitos e internações hospitalares.
Reduzir a infestação por Aedes aegypti nos municípios
Descrição
Normalização, coordenação, capacitação, viabilização da execução, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas nos três níveis de gestão do SUS e execução das ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar quando constatada a insuficiência da ação estadual. Assessorar tecnicamente estados e municípios; consolidação, análise e disseminação de informações relevantes para a vigilância; cumprimento de indicadores de qualidade da vigilância epidemiológica
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
DIGES
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução
CGPNCD
Coordenador da ação:
Giovanini Evelim Coelho

No período de janeiro a outubro de 2007 foram registrados **555.089** casos de **dengue clássica**, **1.431** casos de **Febre Hemorrágica da Dengue** e a ocorrência de **151 óbitos**. Ao compararmos com o ano de 2006, observamos um aumento de 209.167 casos de dengue no país, sendo o mês de março aquele com o maior número de notificações no período, correspondendo a **113.912** casos. Importante salientar que este aumento no número absoluto de casos está relacionado com a ocorrência de epidemias com altas taxas de incidência em algumas unidades da federação, como nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro totalizando 184.391 casos, concentrando 88% do aumento registrado.

Destacaram-se ainda, a intensificação das medidas de combate ao vetor no Rio de Janeiro, que permitiram a realização dos Jogos Pan-Americanos sem a ocorrência de epidemia de dengue; a elaboração do Plano Integrado de Ações de Controle da Dengue no âmbito do Mercosul e prestação de apoio técnico ao Programa de Controle da Dengue do Paraguai; melhoria da qualificação da assistência médica prestada ao paciente com dengue por meio das atualizações do Roteiro de Capacitação de Profissionais Médicos no Diagnóstico e Tratamento da Dengue (25.000 exemplares) e do Guia de Manejo Clínico do Paciente com Dengue (380.000 exemplares).

METAS FÍSICAS

10.305.1308.6235 - Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue

1) Produto:	POPULAÇÃO COBERTA - Nacional
Unidade Medida:	milhar
Especificação do produto:	
Quantitativo Programado:	189.335
Quantitativo Realizado:	189.335
Percentual conclusão:	100%

O desenvolvimento das ações do Programa Nacional de Controle da Dengue foram viabilizados mediante a celebração de convênios com instituições de ensino e pesquisa para realização de estudos e pesquisas que forneçam subsídios aos gestores do Programa e elaboração de projeto de educação à distância. Realizado também Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para realização de capacitações e eventos técnico-científicos visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle. Houve transferência de recursos aos estados para execução de ações de capacitação e ações contingenciais de prevenção e controle. Por meio de execução direta foram realizadas aquisição de veículos, motos e equipamentos diversos a serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB).



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.305.1308.6235 - Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
21.350.450,00	18.569.261,75	2.472.562,37	2.781.188,25	18.877.887,63

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

AÇÃO:
10.305.1308.6186 - Vigilância, Prevenção e Controle da Malária
Tipo: Atividade
Finalidade:
Reduzir a ocorrência da malária assim como os óbitos e internações hospitalares.
Descrição
Normalização, coordenação, capacitação, viabilização da execução, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas nos três níveis de gestão do SUS e execução de ações complementares, excepcionalmente, em caráter suplementar, quando constatada a insuficiência da ação estadual; assessorar tecnicamente estados e municípios; consolidação, análise e disseminação de informações relevantes para a vigilância; cumprimento de indicadores de qualidade da vigilância epidemiológica; apoio a ações de manejo ambiental com a finalidade de eliminar criadouros reais e potenciais do vetor transmissor da malária em municípios/localidades.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
DIGES
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução
CGPNCM
Coordenador da ação:
José Lázaro Ladislau

No período de janeiro a novembro de 2007, registrou-se **424.674** casos de **malária** o que representa uma redução de 17% na incidência da doença, se comparado com o mesmo período de 2006 em que foram registrados **512.302** casos. Assim, em 2007, mantém-se a diminuição de casos iniciado no ano anterior. É importante destacar que oito dos nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de

casos e em todos houve diminuição no número de internações, correspondendo a 33,5% na região, quando comparado com o mesmo período de 2006. Assim, constata-se a diminuição da gravidade da doença, possivelmente pela melhoria do acesso da população as medidas de controle da malária. Dentre as prioridades para 2008, destacam-se: a expansão da rede de laboratórios e aprimoramento do controle de qualidade dos exames; conclusão da implantação do tratamento da malária por *P. falciparum* com combinações a base de artemisinina, na região Extra-Amazonia; aprimoramento da dispensação dos antimaláricos para melhorar a adesão ao tratamento; realização de estudos para nortear a política de tratamento para malária por *P. vivax*; e aprimoramento da sistemática de supervisão nas três esferas de governo.

METAS FÍSICAS

10.305.1308.6186 - Vigilância, Prevenção e Controle da Malária

1) Produto:	POPULAÇÃO COBERTA - Nacional
Unidade Medida:	milhar
Especificação do produto:	
Quantitativo Programado:	24.517
Quantitativo Realizado:	24.517
Percentual conclusão:	100%

A execução orçamentária ocorreu conforme a programação prevista por meio de transferência de recursos aos estados e municípios da Amazônia Legal para execução de ações de capacitação, ações contingenciais; ações de prevenção e controle em áreas indígenas e realização de laudos de avaliação de potencial malarígeno, entre outras. Foi ainda celebrado Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a realização de capacitações e de eventos técnico-científicos visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle. Por meio de execução direta foram realizadas aquisição de veículos, barcos e motores de popa a serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB).



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.305.1308.6186 - Vigilância, Prevenção e Controle da Malária

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
21.411.500,00	20.464.284,04	10.144.881,75	947.215,96	11.266.618,25

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)



PROGRAMA:

1370 - Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Implantar o sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DANT no país
Gerente do programa	Gerson Oliveira Penna
Gerente executivo	Otaliba Libânio de Moraes Neto
Indicadores utilizados	Taxa de Óbitos por Doenças Cardiovasculares na Faixa Etária de 30 a 49 Anos em Relação ao Total de Óbitos pelo Mesmo Grupo de Doenças nos Maiores de 30 Anos Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Unidades de Atenção às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) Implantadas
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Principais Ações do Programa

No Brasil, as doenças e agravos não transmissíveis (DANT) são responsáveis por uma grande, e crescente ao longo dos anos, parcela da carga de doenças. Atualmente, cerca de dois terços das doenças, no país, devem-se às patologias crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, neoplasias, diabetes e outras) e causas externas (acidentes e violências). A mudança do perfil epidemiológico do Brasil é uma consequência da urbanização, de melhorias nos cuidados com a saúde, da mudança nos estilos de vida e da globalização. A maior parte dessas doenças não é um resultado inevitável da modernização, mas se trata de eventos que podem ser prevenidos, geralmente, a um custo baixo.

O Sistema Nacional de Vigilância da DANT (ação 6170) reúne um conjunto de iniciativas que possibilitam conhecer a magnitude, a distribuição e a tendência dessas doenças, por meio de fontes secundárias de informações e do monitoramento, contínuo, dos fatores de risco, para identificar os condicionantes

sociais, econômicos e ambientais, a fim de subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação da prevenção e controle das mesmas.

No Programa 1370 foram executadas despesas com passagens no montante aproximado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e despesas com diárias a servidores e colaboradores eventuais no montante aproximado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

AÇÃO:
10.305.1370.6170 - Sistema Nacional de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis
Tipo: Atividade
Finalidade:
Promover a prevenção e controle das DANT no país, atuando na redução de seus fatores de risco
Descrição
Apoio a estados e municípios para viabilização da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento e a consolidação do sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis; normalização, coordenação, capacitação, acompanhamento e avaliação da execução das ações de vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis; estímulo e financiamento de estudos e pesquisas aplicados à vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis; estabelecimento e operacionalização de mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional na área de vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis; realização de campanhas educativas e de sensibilização para a população em geral e específicas na área de vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas
Departamento de Análise de Situação de Saúde - DASIS
Unidades executoras
Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis
Coordenador da ação:
Otaliba Libânio de Moraes Neto

A elevação constante da incidência e prevalência das doenças e agravos não transmissíveis (**Dant**), nas últimas décadas, indica como prioridade para o SUS a estruturação das ações de vigilância epidemiológica específicas para esse grupo de doenças.



Entre as questões de Saúde Pública com enfoque prioritário por parte do Ministério, em 2007, destacam-se: a estruturação da Vigilância de Dant, com a implementação do Vigitel (vigilância de fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis por entrevistas telefônicas); a implantação do sistema de vigilância de violências e acidentes em seus dois componentes: o componente de vigilância nos hospitais de urgências em 38 municípios nos 27 estados e o componente da notificação das violências interpessoais; a sistematização do Plano Nacional de Dant; a cooperação técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a Agência de Saúde Pública do Canadá no projeto Observatório de políticas da iniciativa – Conjunto de Ações para a Redução Multifatorial voltada para Doenças Não-Transmissíveis (Carmem); a cooperação técnica com o Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC) dos Estados Unidos para estruturação da vigilância, prevenção e controle de DANTs e avaliação de intervenções populacionais no campo da promoção da atividade física.

METAS FÍSICAS

10.305.1370.6170 - Sistema Nacional de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis

1) Produto:	- Nacional
Unidade Medida:	unidade
Especificação do produto:	Sistema Nacional de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis implantado.
Quantitativo Programado:	1
Quantitativo Realizado:	1
Percentual conclusão:	100%

Dentre as atividades desenvolvidas para consolidação da estruturação do sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis, meta física da ação, destacam-se a celebração de convênios e publicação de portarias com diversas instituições de ensino e pesquisa tendo como objetos, dentre outros, a elaboração de estudos sobre determinantes sociais, realização de inquéritos nacionais, análise de ocorrência de fatores de risco e de proteção das doenças crônicas, construção e validação de instrumentos para coleta de dados em inquéritos. Foi ainda celebrado Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a realização de



capacitações e de eventos técnico-científicos visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle.

Introdução de indicadores de monitoramento de tabagismo e sedentarismo no Pacto pela Vida; construção do glossário temático de Promoção da Saúde; conclusão dos anais do I Seminário Nacional sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Destaca-se ainda o incentivo financeiro para indução de ações de promoção da atividade física, em que foram selecionados e financiados 210 projetos, e 10 projetos de prevenção da violência nos estados e municípios. Foi implementada a Política Nacional de Promoção da Saúde e a criação do Comitê Gestor da Política Nacional de Promoção da Saúde.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.305.1370.6170 - Sistema Nacional de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
6.160.000,00	3.456.810,00	0,00	2.703.190,00	6.160.000,00

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)



PROGRAMA:

1371 - Vigilância Ambiental em Saúde

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana
Gerente do programa	Gerson Penna
Gerente executivo	Guilherme Franco Netto
Indicadores utilizados	Taxa de Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde das Capitais com Vigilância Ambiental em Saúde Estruturada
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Principais Ações do Programa:

O objetivo da Saúde Ambiental é proteger e promover a saúde humana e colaborar na proteção do meio ambiente, por meio de ações integradas com instâncias do governo e da sociedade civil organizada, com vistas ao enfrentamento dos determinantes socioambientais e à prevenção de agravos decorrentes da exposição humana a ambientes adversos. Entre as linhas de ação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental - SINVSA, estão o fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental; construção de agendas integradas; fomento à promoção de ambientes saudáveis; produção de conhecimento e desenvolvimento de capacidades; construção de sistema de informações integrado e articulação institucional estratégica

No Programa 1371 foram executadas despesas com passagens no montante aproximado de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e despesas com diárias a servidores e colaboradores eventuais no montante aproximado de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

AÇÃO:
10.305.1371.6847 - Vigilância Ambiental em Saúde Relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo: Atividade
Finalidade:
Garantir à população água para consumo humano em qualidade compatível com os padrões de potabilidade definido pela legislação vigente e analisar os riscos que os sistemas de abastecimentos e soluções alternativas de água para consumo humano representam para saúde humana
Descrição
Identificação e avaliação dos riscos à saúde relacionados à qualidade de água para consumo humano; apoio técnico e financeiro às secretarias estaduais e municipais de saúde para o desenvolvimento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, que consistem em: análise permanente e sistemática da informação sobre a qualidade da água para confirmar se o manancial, o tratamento e a distribuição atendem aos objetivos e regulamentos estabelecidos na legislação vigente; avaliação sistemática das diversas modalidades de fornecimento de água às populações, de forma a verificar o grau de risco à saúde pública; análise da evolução da qualidade química, física e microbiológica e sua correlação com as enfermidades relacionadas com a qualidade da água em todo o sistema de abastecimento de água; normalização e estruturação, no âmbito do Ministério da Saúde, do sistema nacional de vigilância ambiental em saúde relacionada à qualidade da água para consumo humano VIGIÁGUA.
Unidades executoras
Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde
Coordenador da ação:
Guilherme Franco Netto

Nos últimos anos, a Secretaria de Vigilância em Saúde vem apoiando a estruturação da vigilância em saúde ambiental (VSA) nas Secretarias de Saúde dos estados e municípios, com ênfase na vigilância da qualidade da água para consumo humano,. Atualmente, 100% dos estados e das capitais já desenvolvem ações do VIGIAGUA como pode ser constatado no quadro de meta física..

Dentre as principais atividades realizadas no ano de 2007, destacam-se: disponibilização de publicações em meio digital e impresso; manual de procedimentos de vigilância em saúde ambiental; vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano; boas práticas no abastecimento de água; diretriz nacional do plano de amostragem de vigilância em saúde ambiental relacionada à



qualidade da água para consumo humano; inspeção sanitária no abastecimento de água.

METAS FÍSICAS

10.305.1371.6847 - Vigilância Ambiental em Saúde Relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano

1) Produto:	- Nacional
Unidade Medida:	unidade
Especificação do produto:	Ente federativo com Vig. água
Quantitativo Programado:	27
Quantitativo Realizado:	27
Percentual conclusão:	100%

O desenvolvimento das ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano foi viabilizado, entre outras atividades, por meio da aquisição de equipamentos diversos para diagnóstico laboratorial a serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB), bem como, pela celebração de Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a realização de capacitações e de eventos técnico-científicos de interesse da área.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.305.1371.6847 - Vigilância Ambiental em Saúde Relacionada à Qualidade da Água para Consumo Humano

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
1.953.750,00	1.821.499,00	62.290,00	132.251,00	1.891.460,00

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)



AÇÃO:
10.305.1371.6192.6192 - Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde
Tipo: Atividade
Finalidade:
Dispor de um sistema de vigilância ambiental em saúde com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados que possibilite prevenir e controlar os fatores de risco de doenças e outros agravos à saúde, decorrentes do ambiente e das atividades produtivas
Descrição
Planejamento de ações integradas de vigilância ambiental em saúde nas três esferas de governo; operacionalização dos subsistemas do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde (SINVAS), relacionados com a qualidade de água para consumo humano, áreas de solo contaminado, qualidade do ar, substâncias químicas e desastres por meio de ações intersetoriais e multidisciplinares com a participação das três esferas de governo; gerenciar sistemas nacionais de informação da área de vigilância ambiental em saúde promovendo a integração com os demais sistemas de interesse epidemiológico. Implementar assessoramento técnico a estados e municípios nas áreas de vigilância ambiental em saúde; promover ações de desenvolvimento de recursos humanos nas três esferas de governo em vigilância ambiental em saúde; promoção de ações de educação em saúde, mobilização social e publicações técnico científicas e de utilidade pública; estabelecer e operacionalizar mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional, em especial com países fronteiriços na área de vigilância ambiental em saúde; realização do mapeamento e a caracterização das situações de risco para a saúde humana, com o objetivo de subsidiar as recomendações e a adoção das medidas de prevenção e controle dos fatores de risco; desenvolvimento e aplicação de metodologias de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco; realização de ações de monitoramento e de assistência a grupos especiais expostos à contaminação ambiental e ocupacional; promover o desenvolvimento técnico e científico da área de vigilância ambiental em saúde; aquisição de equipamentos e material permanente para prevenção e controle de doenças; estímulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos aplicados à vigilância ambiental em saúde.
Unidades executoras
Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde
Coordenador da ação:
Guilherme Franco Netto

Com relação a estruturação da Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) nas Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais, verifica-se que a meta prevista ao final do Plano Plurianual (60%) já foi atingida. A VSA se encontra estruturada em 63% das Secretarias de Saúde dos estados e das capitais (considerando-se a existência de documento legal e de atividades dos Programas VIGIAGUA, VIGISOLO e VIGIAR). Ressalta-se, ainda, que 100% dos estados e das capitais já

desenvolvem ações do VIGIAGUA e 74% dos estados e 38% das capitais possuem documento legal instituindo a área de VSA..

No período de 2004 a 2007, foram identificadas e cadastradas 1.180 áreas com solos contaminadas por substâncias diversas, sendo adotadas medidas de avaliação de risco e elaboração de protocolos de vigilância e assistência à saúde.

Uma das ações para proteção da camada de ozônio, foi a proibição de uso do clorofluorcarbono (CFC) nos inaladores de medicamentos para asma adquiridos para o Sistema Único de Saúde (Portaria nº. 2.799, de 30 de outubro de 2007).

METAS FÍSICAS

10.305.1371.6192.6192 - Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde

1) Produto:	-SES E SMS com VSA estruturada
Unidade Medida:	unidade
Especificação do produto:	
Quantitativo Programado:	1
Quantitativo Realizado:	1
Percentual conclusão:	100%

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.305.1371.6192.6192 - Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde

Resumo Orçamentário

Aprovado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Saldo (R\$) (Aprovado - Empenhado)	Saldo (R\$) (Aprovado - Liquidado)
8.215.000,00	5.887.493,58	223.514,96	2.327.506,42	7.991.485,04

Fonte: SIAFI (atualizado em 1/2/2008 08:10:00)

Para a implementação do sistema nacional de vigilância em saúde ambiental merece destaque as atividades a serem viabilizadas por meio da celebração de convênios e publicação de portarias com instituições de ensino e pesquisa com os seguintes objetos: desenvolvimento de sistemas integrados de informações ambientais, desenvolvimento de metodologias e material didático em epidemiologia ambiental, cooperação técnica para apoio às ações de vigilância em saúde ambiental por meio de capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e projetos de interesse da área. Foi ainda celebrado Termo de Ajuste ao Termo de Cooperação

Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para a realização de capacitações e de eventos técnico-científicos visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle. Por meio de execução direta foram realizadas aquisição de veículos e equipamentos diversos a serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB).



Gerson Oliveira Penna
Secretário de Vigilância em Saúde

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os indicadores de desempenho operacional selecionados para traduzir às atividades realizadas pela Secretaria de Vigilância em Saúde, em 2007, foram selecionados dentre os existentes na estrutura programática dos programas finalísticos e estão detalhados a seguir.

9

5. Desempenho Operacional

Programa - PPA		Indicador-PPA 2007			Índice Esperado	Índice Alcançado	%	Comentário
1186-Prevenção e Contrle das Doenças Imunopreveníveis								
índice referência: 74,06 (2002) Utilidade: Os percentuais de cobertura vacinal servem para análise estatística, em séries históricas, tendências, servindo para tomada de decisão, planejamento, prevenção, aquisição de imunobiológicos. Tipo: resultado Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o nº de doses aplicadas da vacina contra a influenza na população acima de 60 anos e o total da população acima de 60 anos. Fonte: MS/SVS - SI- API - SMS/ SES/MS - CGPNI		2. Taxa de Cobertura Vacinal de Influenza Em Maiores de 60 Anos Unidade de medida: percentual		70	86,88	124%	Dados finais. Percentual preconizado (70% da população de 60 anos e mais) foi ultrapassado, mantendo-se a cobertura vacinal elevada.	

R

Programa - PPA 1203-Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis		Indicador-PPA 2007		Índice Esperado	Índice Alcançado	%	Comentário
Índice referência: 1,2 (2002) Utilidade: Monitoramento da situação Epidemiológica(Poliomielite). Tipo: resultado Fórmula de cálculo: Número total de casos de paralisia flácida aguda em menores de 15 anos dividido pela número de habitantes menores de 15 anos multiplicado por 100.000. Fonte: MS/SVS		1. Coeficiente de Incidência de Paralisia Flácida Aguda Unidade de medida: 1/100.000		1	1	100%	O índice foi alcançado
Índice referência: 66% (2002) Utilidade: a)Útil para avaliar a eficiência de um sistema de vigilância epidemiológica quanto à sua agilidade em encerrar casos notificados. b) A informação da investigação concluída oportunamente fornece o conhecimento de casos confirmados e descartados e, por conseguinte permite orientar a aplicação e avaliação das medidas de controle em tempo hábil. Tipo: processo Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o número de casos notificados no ano em que foram encerrados oportunamente conforme agravo e período de encerramento definidos, e o total de casos notificados dos agravos respectivos, exceto dengue, tuberculose, hanseníase e Aids. Fonte: MS/SVS		3. Taxa de Casos de Doenças de Notificação Compulsória Encerrados Oportunamente Unidade de medida: percentual		80	65	81%	Dados parciais. É um indicador fechado somente em Abril/2008, correspondendo ao prazo final para encerramento oportuno dos casos notificados em dezembro/2007.

Programa - PPA		Indicador-PPA		Índice	Índice	%	Comentário
1306 – Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis		2007		Esperado	Alcançado		
Índice de referência: 25 % (2002) Utilidade: Tipo: Fórmula de cálculo: Número de casos de sífilis congênita notificados dividido pelo número de casos estimados multiplicado por 100 Fonte: MS/SINAN		1. Taxa de detecção de casos de sífilis congênita Unidade de medida: percentual		70	60	86%	Dados de 2006 indicam o alcance de 60% de detecção de casos de sífilis congênita
Índice de referência: 6,70 (2002) Utilidade: Tipo: Fórmula de cálculo: Número de óbitos de portadores de AIDS pelo total de habitantes multiplicado por 100.000. Fonte: MS/SIM		3. Coeficiente de mortalidade por AIDS Unidade de medida: 1/100.001		6	6	100%	Dados completos e finalizados de 2005. Dados de 2006 ainda incompletos.

Programa - PPA		Indicador-PPA		Índice		Índice Alcançado	%	Comentário
1307 - Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase		2007		Esperado				
Índice de referência: 72,2% (2002) Utilidade: Tipo: Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o número de casos de tuberculose curados e o número total de casos de tuberculose diagnosticados Fonte: MS/SVS		3. Taxa de Cura da Tuberculose Unid. de medida: percentual		80	48	60%	Dados preliminares sujeitos à revisão. O sistema de informação passa por processo de migração da base de dados e os valores informados sofrerão alteração no decorrer do ano, em função de 'limpeza' do banco de dados com consequente melhoria da qualidade da informação.	
Índice de referência: 0,83 (2003) Utilidade: Determinar a tendência da epidemia ao longo do tempo, análise da situação endêmica e Planejamento. Tipo: Fórmula de cálculo: Número de casos de hanseníase em menores de 15 anos detectados no ano dividido pela população menor de 15 anos residente multiplicado por 10.000. Fonte: MS/SES/SINAN		5. Coeficiente de detecção de hanseníase em menores de 15 anos Unid. de medida: unidade		90	66	73%	Dados preliminares. O coeficiente de detecção, em especial em < de 15 anos, se fortalece como indicador de monitoramento do Programa. As estratégias para diagnóstico precoce e tratamento adequado foram mantidas, apoiando-se às UFs em termos de capacitação e assessoria visando à descentralização do diagnóstico, o tratamento e a vigilância de contatos na atenção básica.	

Programa - PPA		Indicador-PPA		Índice Esperado	Índice Alcançado	%	Comentário
1308 - Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e Dengue		2007					
Índice de referência: 195,72 /100.000(2002) Utilidade: Tipo: Fórmula de cálculo: Número de casos novos de dengue (todas as formas) confirmados em residentes dividido pela população total residente multiplicado 100.000. Fonte: MS/SVS	Coeficiente de incidência de dengue Unidade de medida: 1/100.000	83,16	295,8	0	Em 2007, ocorreram epidemias nos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, que interferiram diretamente no aumento no número de casos e, por consequência, no coeficiente de incidência		
Índice de referência: 1.705/100.000 (2002) Utilidade: Tipo: Fórmula de cálculo: Número de lâminas positivas para malária confirmada em residentes da Amazônia Legal divididos pela população total residente na Amazônia Legal, multiplicado por 1.000 Fonte: MS/SVS	Coeficiente de incidência de malária na Amazônia Legal Unidade de medida: 1/1.000 	21	18	117%	O coeficiente de incidência foi calculado em função do número de casos por 1.000 habitantes, para padronizar com o indicador usado no programa que é a Incidência Parasitária Anual. Ocorreu uma redução de cerca de 16% no número de casos, em relação ao mesmo período de 2007, assim como uma redução de 33% nas internações hospitalares por malária, na Região Amazônica. Esses resultados favoráveis são decorrentes da intensificação da supervisão e assessoria aos estados, expansão da rede de diagnóstico e, principalmente, a introdução de novo esquema terapêutico para tratamento da malária por P. falciparum, responsável pelas formas mais graves da doença. Registro que a dimensão de referência não está correta e já foi solicitada a sua alteração.		

Programa - PPA		Indicador-PPA		Índice Esperado	Índice Alcançado	%	Comentário
1370 - Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis		2007					
Índice de referência: 10,28% (2002) Utilidade: Tipo: Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o número de óbitos de pessoas de 30 a 49 anos por doenças cardiovasculares e o número total de óbitos por este mesmo grupo de doenças de pessoas de 30 anos ou mais. Sendo doenças cardiovasculares definidas como: doenças hipertensivas (I10-I15), doenças isquêmicas do coração (I20-I25) e doenças cardiovasculares (I60-I69). Fonte: MS/SIM		Taxa de óbitos por doenças cardiovasculares na faixa etária de 30 a 49 anos em relação ao total de óbitos pelo mesmo grupo de doenças nos maiores de 30 anos		9	9,6	107%	O índice apurado refere-se ao ano de 2005.
		Unid. de medida: percentual					

Deu

Carolina Oliveira Pereira
Secretaria de Vigilância em Saúde



S

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA (NÃO SE APLICA)

Orientações de preenchimento

- a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ);
- b) Demonstrativo anual:
 - i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
 - ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
 - iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
 - iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;
 - v. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
 - vi. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;
 - vii. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar; e
 - viii. Parecer da auditoria independente.
- c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.
- d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.
- e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.
- f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL (NÃO SE APLICA)

Orientações de preenchimento

Para cada projeto ou instituição beneficiada com renúncia de receita pública federal:

- a) Identificação do projeto ou instituição;
- b) Valor dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no projeto/entidade no exercício;
- c) Impacto sócio-econômico gerado;
- d) Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizados (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas);
- e) Situação atual do projeto/instituição (incluindo objetivos e metas previstas versus realizados).

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS (NÃO SE APLICA)

Orientações de preenchimento

- a) Identificação do projeto (incluindo finalidade, objetivos, beneficiários e investimentos previstos);
- b) Número de operações e valores aplicados por programa/setor econômico e por unidade da federação;
- c) Número de operações e valores dos investimentos, dos incentivos e dos recursos liberados e aprovados no exercício em relação ao total do programa/setor econômico e ao total por unidade da federação;
- d) Legislação pertinente;
- e) Remuneração do banco operador (valor e fundamento legal);
- f) Relação dos projetos com a finalidade, beneficiários, investimento previsto e valores liberados no exercício; e
- g) Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizados (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas); e
- h) Avaliação crítica dos resultados alcançados (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos versus realizados).

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CFE ANEXOS II E X DA DN-TCU-85/2007)

ANEXO A (NÃO SE APLICA)

DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Orientações de preenchimento

Informar:

- a) Nome e número do CPF do responsável: Informar o nome e nº do CPF do responsável pelo fato irregular norteador da instauração da TCE (permite ao TCU identificar o agente faltoso, na hipótese de entender aplicar sanções outras diante de eventual gravidade dos fatos apurados, apesar de o dano ter sido reparado);
- b) Cargo, função e matrícula do responsável, se o mesmo for servidor público: Este campo somente será preenchido na hipótese de o agente responsável ser servidor público, caso contrário, informar "não se aplica" (permite ao TCU, se entender apropriado, julgar a conduta do agente, se este for servidor público, diante das especificidades, atribuições e impedimentos do cargo que ocupa);
- c) Endereço residencial, profissional e número de telefone do responsável: Informar o endereço residencial, profissional e número de telefone do responsável (permite solicitar informações adicionais do responsável, necessárias à apreciação da sua conduta);
- d) Valor original do débito e o que foi recolhido: Indicar o valor original do débito, o que foi recolhido e a data em que se deu o recolhimento (permite verificar se o valor original do débito foi atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora corretamente, nos termos da Decisão TCU/Nº 1.122/2000-Plenário);
- e) Origem e data das ocorrências: Informar como se originou o débito apurado e a data em que ocorreram as irregularidades (permite conhecer se os fatos irregulares decorreram de questões relacionadas a convênios ou instrumentos congêneres, ou se originários da má ou irregular aplicação de recursos públicos, sendo a informação sobre a data da ocorrência necessária à conferência dos cálculos procedidos sobre o valor do débito, relativamente à atualização monetária e aos juros de mora, que se subordinam ao disposto no art. 11 da IN/TCU/Nº 13/1996, conforme a situação apresentada);
- f) Fato motivador da instauração do processo de contas: Informar o fato indicado na TCE como motivador da sua instauração (permite avaliar se o argumento utilizado para instauração da TCE se coaduna com os fatos descritos como tendo originado o débito apurado);

g) Fato motivador do arquivamento do processo de contas: Descrever os fatos que nortearam o posicionamento pelo arquivamento do processo de contas (permite conhecer como se desenrolaram os fatos até o saneamento definitivo da irregularidade apurada, subsidiando a apreciação do caso pelo TCU).

ANEXO B (NÃO SE APLICA)

DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES Orientações de preenchimento

Informar:

- a) Nome e número do CPF do responsável: (Informar o nome e nº do CPF do responsável pelo fato irregular apurado (permite ao TCU identificar o agente faltoso, na hipótese de entender aplicar sanções outras diante da gravidade dos fatos apurados, apesar de o dano ter sido reparado);
- b) Cargo, função e matrícula do responsável, se o mesmo for servidor público: Este campo somente será preenchido na hipótese de o agente responsável ser servidor público, caso contrário, informar "não se aplica" (permite ao TCU, se entender apropriado, julgar a conduta do agente, se este for servidor público, diante das especificidades, atribuições e impedimentos do cargo que ocupa);
- c) Descrição sucinta da forma como o fato irregular se deu: Descrever, sucintamente, como ocorreu a irregularidade causadora do dano ao erário e em que data se deu o fato ou a em que se tomou conhecimento dele (permite avaliar se na adoção do procedimento questionado o agente incorreu em comportamento incompatível com o cargo que ocupa, se for o caso, propiciando a aplicação de outras sanções administrativas, bem assim, conhecendo-se a data do fato ou em que se tomou conhecimento dele, avaliar se no cálculo do débito foi observado o disposto no art. 11 da IN/TCU/Nº 13/1996);
- d) Descrição do objeto da perda, extravio ou outra irregularidade: Descrever o objeto da perda ou extravio, no caso de bens, ou o tipo de irregularidade que resultou no dano ao erário (propicia identificar o tipo de bem extraviado ou a irregularidade praticada, permitindo avaliar se adequado o desfecho dado ao caso);
- e) Critério utilizado na quantificação do dano: Informar os critérios adotados na quantificação do valor do dano apurado (permite avaliar o acerto das medidas adotadas);
- f) Descrição do acordo feito pela administração com o agente responsável para reparação do dano: Informar como se desenrolou o acordo entre a Administração e o responsável para reparação do dano, como, por exemplo: se por reposição do bem extraviado ou recolhimento do valor correspondente, à vista ou em parcelas (permite avaliar o acerto das medidas adotadas); e
- g) Valor recolhido e a data do recolhimento: Informar o valor que foi recolhido pelo responsável e a data em que foi efetuado (permite, em conjunto com as informações dadas nos campos 1.3 e 1.5, avaliar se a reparação do dano foi efetivada corretamente, pelo valor efetivamente devido).

ANEXO C

DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Cartão de crédito corporativo: despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de ração	Alimentação de cobaias do Laboratório de Entomologia	Kátia Maria Leal Braga	177,90
Aquisição de acetona	Para diluição de inseticidas e nos controles das provas de susceptibilidade do <i>Aedes aegypti</i> à praguicida	Kátia Maria Leal Braga	16,64
Aquisição de lápis demográfico e cesto fechado	Marcação de amostras e simulados de campo para avaliação de praguicidas	Kátia Maria Leal Braga	452,17
Aquisição de saco de papel e kit pote plástico	Acondicionamento de insetos capturados	Kátia Maria Leal Braga	29,00
Aquisição de luvas ceras e baldes	Limpeza e conservação do Laboratório de Entomologia	Kátia Maria Leal Braga	336,01
Aquisição de martelo e cola	Confecção de armadilhas	Kátia Maria Leal Braga	74,30
Aquisição de pilhas e baterias	Para trabalhos de campo funcionamento de lanternas	Kátia Maria Leal Braga	247,40
Aquisição de luvas de raspa	Utilização na dissecação de ecótopos de triatômíneos	Kátia Maria Leal Braga	11,90
Aquisição de microseringa, pulverizador plástico, becker, etc.	Utilização em trabalhos diversos de aspersão de praguicidas, preparação de diluições e demais trabalhos técnicos no Laboratório de Entomologia	Kátia Maria Leal Braga	1.073,08
Aquisição de baterias	Recarga de capturadores elétricos de mosquitos e armadilhas CDC.	Kátia Maria Leal Braga	385,90
Totais			2.804,30



Tabela x – Cartão de crédito corporativo: saques efetuados (NÃO OCORRERAM)

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Totais			

ANEXO D

RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

1. Tribunal de Contas da União

As recomendação ou determinação do TCU bem como as providências adotadas estão detalhadas a seguir:

Acórdão

ANEXO D - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE
Tribunal de Contas da União - TCU

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
19º	Ofício nº 31775/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 3 de outubro de 2006	DENASUS - Memorando nº 46/DIGES/SVS/MS, de 16 de março de 2007 - CGU - OF. 372/GAB/SVS/MS, de 26/02/07
	Cocalzinho de Goiás/GO	Nota Técnica nº 09/2007/DIGES/SVS/MS SES/GO - Ofício nº 806 - GAB/SVS/MS, de 30/03/2007 - Resposta SES/GO: Ofício 135/07-SPAIS/SES-GO, de 13/04/2007
	Santa Luzia do Norte/AL	Nota Técnica nº 21/2007/DIGES/SVS/MS SES/AL - Ofício nº 2600/GAB/SVS/MS, de 17/09/2007 Resposta SES/AL: não tem
	Camacan/BA	Nota Técnica nº 14/2007/DIGES/SVS/MS SES/BA - Ofício nº 239/GAB/SVS/MS - 07/02/07 Resposta SES/BA: Of. N° 322/2007, de 27/03/07
	Alegre/ES	Nota Técnica nº 16/2007/DIGES/SVS/MS SES/ES - Ofício nº 278/GAB/SVS/MS e Ofício 808/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 Resposta SES/ES - Of/SESAR/GS nº 507/07, de 02/04/07
	Hidrolândia/GO	Nota Técnica nº 08/2007/DIGES/SVS/MS, de 02/02/2007 - Ofícios: SES/GO - Ofício nº 242 - GAB/SVS/MS, de 07/02/2007 Resposta SES/GO: Ofício 038/07/SPAIS/SES-GO
	Japorã/MS	Nota Técnica nº 17/2007/DIGES/SVS/MS, de 02/02/2007 - Ofícios: SES/MS - Ofício nº 236/GAB/SVS/MS, de 07/02/2007 - Resposta SES/MS: Ofício GAB/SES-MS nº 224/07, de 14/06/07.

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Nova Brasilândia/MT	Nota Técnica nº 19/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MT - Ofício nº 234/GAB/SVS/MS, de 07/02/2007 - SMS/Nova Brasilândia - Ofício nº 248/GAB/SVS/MS, de 08/02/2007 - Resposta SES/MT: Of. nº 2352/07/GBSES-MT, de 14/11/07
	Paim Filho/RS	Nota Técnica nº 15/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/RS - Ofício nº 807/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - Resposta SES/RS: Ofício 43/07-CEVES, de 16/04/07
	Serra Alta/SC	Nota Técnica nº 10/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SC - Ofício nº 238/GAB/SVS/MS, de 07/02/07 - Resposta da SES/SC - Ofício nº 001/07, de 19/01/07
	Itapeva/SP	Nota Técnica nº 27/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SC - Ofício nº 803/GAB/SVS/MS, 02/04/07 - Resposta SMS/Itapeva: Ofício GP nº 235/07, de 27/03/07
	Venturosa/PE	Nota Técnica nº 12/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/PE - Ofício nº 805/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - Resposta SES/PE: Ofício GEVAS nº 6207, de 12/04/07
	Surubim/PE	Nota Técnica nº 11/2006/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/PE - Ofício nº 805/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - SMS/Surubim - Ofício nº 245/GAB/SVS/MS, de 08/02/2007 - Resposta SES/PE: Ofício GEVAS nº 6207, de 12/04/07
	Urbano Santos/MA	Nota Técnica nº 33/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento



SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Iapu/MG	Nota Técnica nº 18/2007/DIGES/VS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício nº 809/GAB/VS/MS, de 02/04/2007 - SMS/Iapu - Ofício nº 249/GAB/VS/MS, de 08/02/2007 - Resposta SES/MG : Of/SUS/SES-MG/sr/GAA/3765/2007, de 28/08/07
	Rio dos Bois/TO	Nota Técnica nº 13/2007/DIGES/VS/MS Ofícios: SES/TO : Ofício nº 804/GAB/VS/MS, de 02/04/2007 - SMS/Rio dos Bois - Ofício nº 246/GAB/VS, de 08/02/07 Reposta SES/TO : não tem
	Caiapônia/GO	Nota Técnica nº 07/2007/DIGES/VS/MS Ofícios: SES/GO - Ofício nº 242/GAB/VS/MS, de 07/02/2007 - Resposta SES/GO : Ofício 136/07-SPAIS/SES/GO e Of. Nº 296/07SPAIS/SES, de 01/08/07
	Ofício nº 14428/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 14 de maio de 2007	DENASUS - Memorando nº 260, de 06 de agosto de 2007 - CGU - Of. 214/GAB/VS/MS, de 08/08/07
	Bom Retiro/SC	Nota Técnica nº 141/2007/DIGES/VS/MS Ofícios: SES/SC : Ofício nº 1954/GAB/VS/MS, de 24/07/07 - SMS/ Bom Retiro/SC - Ofício nº 1956 - GAB/VS/MS, de 24/07/2007 - Respostas: SES/SC : Of. nº 046, de 18/09/07 e SMS/ Bom Retiro/SC : Of. nº 103/07, de 28/08/07
	Capivari de Baixo/SC	Nota Técnica nº 140/2007/DIGES/VS/MS Ofícios: SES/SC : Ofício nº 1954, 24/07/07 - SMS/ Capivari de Baixo/SC - Ofício nº 1955 - GAB/VS/MS, de 24/07/2007 - Resposta: SES/SC : Of. nº 046, de 18/09/07 e SMS/ Capivari de Baixo/SC
	Chã Preta/AL	Nota Técnica nº 157/2007/DIGES/VS/MS Ofício SES/SC - Ofício nº 1958 - GAB/VS/MS, de 24/07/2007 - Resposta SES/AL : não tem

6

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Coroatá/MA	Nota Técnica nº 139/2007/DIGES/SVS/MS, de 18/07/2007 - Ofícios: SES/MA: Ofício nº 1948, 24/07/07 - SMS/ Coroatá/MA - Ofício nº 1961 - GAB/SVS/MS, de 25/07/2007 - Resposta SMS/Coroatá/MA e SES/MA: não tem
	Eugênio de Castro/RS	Nota Técnica nº 138/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 1949 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Resposta: SES/RS - Of. GAB/SES nº 1403/07, de 27/09/07
	Formoso do Araguaia/TO	Nota Técnica nº 137/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/TO - Ofício nº 1960 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta SES/TO: não tem
	Içara/SC	Nota Técnica nº 136/2007/DIGES/SVS/MS SES/SC - Ofício nº 1954 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta SES/SC: Of. nº 046, de 18/09/07 Ofício:
	Itumirim/MG	Nota Técnica nº 135/2007/DIGES/SVS/MS Ofício SES/MG - Ofício nº 1973 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/MG: não tem
	Ivaté/PR	Nota Técnica nº 134/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/PR: Ofício nº 1950/GAB/SVS/MS, de 24/07/07 - SMS/ Ivaté/PR: Ofício nº 2007 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 - Resposta: SMS/Ivaté/PR e SES/PR: não tem
	Jacara/MT	Nota Técnica nº 133/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MT: Ofício nº 1953/GAB/SVS/MS, de 24/07/07 - SMS/ Jacara/MT - Ofício S/Nº - GAB/SVS/MS, de Julho/2007 - Resposta SMS/Jacara/MT e SES/MT: não tem
	Macaraí/SP	Nota Técnica nº 259/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento

6

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
20°	Medina/GO	Nota Técnica nº 132/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 1973 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/MG: não tem
	Nova Odessa/SP	Notas Técnicas: nº 53/2007/DIGES/SVS/MS e nº 160/2007/DIGES/SVS/MS Resposta SES/SP: não tem e SMS/ Nova Odessa/SP: Ofício nº 008/GP/07 de 15 de janeiro de 2007.
	Paracambi/RJ	Nota Técnica nº 131/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RJ - Ofício nº 1947 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Resposta SES/RJ: Of. SEDEC GS nº 1522/07, de 07/11/07
	Piedade dos Gerais/MG	Nota Técnica nº 130/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 1973 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/MG: não tem
	Pirapetinga/MG	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS - Ofício Procurador da República em Juiz de Fora/MG nº S/N/GAB/SVS/MS, de dezembro/2007 - Despacho Nº 206/2007/DIGES/SVS/MS de 26/12/2007
	Prado Ferreira/PR	Notas Técnicas: nº 129/2007/DIGES/SVS/MS e Nº177/2007/DIGES/SVS/MS - Despacho Nº 167/2007/DIGES/SVS/MS de 14/09/2007, Ofício: SES/PR: Ofício nº 1950 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Resposta SES/PR: não tem
	Rio Espera/MG	Nota Técnica nº 128/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 1973 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/MG: não tem
	Salto/SP	Notas Técnicas: nº 67/2007/DIGES/SVS/MS e nº 127/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 3148/GAB/SVS/MS de 31/10/2007 Resposta SES/SP: não tem

5

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	São Bento do Norte/RN	Nota Técnica nº 126/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RN - Ofício nº 1957 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta SES/RN: não tem
	São João de Meriti/RJ	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS Ofícios: Ao Procurador da República em São João do Meriti/RJ - Ofício nº 1932 GAB/SVS/MS, de 20/07/2007 e Ofício nº 1933/GAB/SVS/MS de 20/07/2007.
	São Luiz do Norte/GO	Notas Técnicas: nº 80/2007/DIGES/SVS/MS e nº 156/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 1951 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta: SES/GO - Of. Nº 3756/07-GAB/SES, de 23/08/07
	São Miguel do Aleixo/SE	Notas Técnicas: nº 125/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SE - Ofício nº 1959 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta: SES/SE - não tem
	São Rafael/RN	Nota Técnica nº 124/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RN - Ofício nº 1957 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - SMS/São Rafael/RN - Ofício nº 1981/GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/RN: não tem
	Serrana/SP	Nota Técnica nº 123/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/ SP - Ofício nº 1952 GAB/SVS/MS de 24/07/2007 e SMS de Serrana/SP - Ofício nº 1962 GAB/SVS/MS, de 25/07/2007 Resposta: SES/SP - não tem e SMS/Serrana/SP: Of. 806/07 - SMS, de 27/08/07
	Timbaúba/PE	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS Despacho Nº130/2007/DIGES/SVS/MS de 06/07/2007

3

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Vargem Grande/MA	Notas Técnicas: nº 142/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MA - Ofício nº 1948 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta SES/MA: não tem
	Ofício nº 18842/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 18/06/07	DENASUS: Memorando nº 07/GAB/SVS/MS, de 09/01/2008 - CGU: Of. Nº 070/GAB/SVS/MS, de 15/01/08
	Borrazópolis/PR	Nota Técnica: nº 201/2007/DIGES/SVS/MS, de 14/12/2007 - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Braúnas/MG	Nota Técnica: nº 106/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 2153 - GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 Resposta SES/MG: Of. SE nº 061/07, de 28/09/07
	Curitiba/SC	Nota Técnica: nº 202/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SC - Ofício nº 3776 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 Resposta SES/SC: Ofício nº 001/DIR/08, de 25/01/2008
	Formosa/GO	Nota Técnica: nº 247/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 3775 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 Resposta SES/GO: não tem
	Gameleira/PE	Nota Técnica: nº 245/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício nº 3778 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 Resposta SES/PE: não tem
	Gentio do Ouro/BA	Nota Técnica: nº 197/2007/DIGES/SVS/MS, de 14/12/2007 - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Itaúna/MG	Nota Técnica: nº 107/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Nova Marilândia/MT	Nota Técnica: nº 246/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Palmeiras/BA	Nota Técnica: nº 200/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento

6

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
21º	Pau dos Ferros/RN	Nota Técnica: nº 196/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/RN - Ofício nº 3774 GAB/SVS/MS, de 27/12/2007 e SMS/ Pau dos Ferros/RN - Ofício nº 3826/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 - Respostas: SES/RN e SMS de Pau dos Ferros/RN: não tem
	Pedro Canário/BA	Nota Técnica: nº 195/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/ES - Ofício nº 3773 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 e SMS/ Pedro Canário/ES - Ofício nº 3825/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 - Respostas: SES/ES e SMS de Canário/ES: não tem
	Pequi/MG	Notas Técnicas: nº 108/2007/DIGES/SVS/MS e nº 198/2007/DIGES/SVS/MS, de 14/12/2007 Ofícios: SES/MG - Ofício Nº 3779 GAB/SVS/MS de 28/12/2007 Respostas: SES/MG: não tem
	Pinhão/SE	Nota Técnica: nº 248/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SE - Ofício Nº 3817 GAB/SVS/MS de 31/12/2007 Resposta: SES/SE: não tem
	Pompeu/MG	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS

6

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Quadra/SP	Nota Técnica: nº 60/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 1988 GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta: SES/SP: Of. CRS/Aud. Nº 306/07-MARS, de 13/08/07
	Saldanha Marinho/RS	Nota Técnica: nº 199/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício Nº 3777 GAB/SVS/MS de 28/12/2007 Resposta: SES/RS: Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08
	Teotônio Vilela/AL	Nota Técnica: nº 194/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício Nº 3780 GAB/SVS/MS de 28/12/2007 - Resposta: SES/AL: não tem
	Ofícios nº 27407/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 22 de agosto de 2007 e nº 798/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 15 de janeiro de 2008	DENASUS - Memorando nº 18/DIGES/SVS/MS, 22/01/2008 - CGU: Of. Nº 160/GAB/SVS/MS, de 22/01/08
	Antônio Dias/MG	Notas Técnicas: nº 109/2007/DIGES/SVS/MS e nº 252/2007/DIGES/SVS/MS de 26/12/2007 - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Aracaju/SE	Nota Técnica: nº 264/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/SE - Ofício nº 3820 de 31/12/2007 e SMS/Aracaju/SE - Ofício nº 3800 GAB/SVS/MS de 31/12/2007 Respostas: SES/SE e SMS/Aracaju - não tem
	Belmonte/SC	Nota Técnica: nº 253/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Benjamim Constant do Sul/RS	Nota Técnica: nº 265/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 3804 de 31/12/2007, Respostas - Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08

2

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Brejo Grande do Araguaia/PA	Nota Técnica: nº 266/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PA - Ofício nº 3813 de 31/12/2007, Respostas - não tem
	Canabrava do Norte/MT	Nota Técnica: nº 255/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Campina Verde/MG	Nota Técnica: nº 104/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 2149 de 08/08/2007, Resposta SES/MG: Of. SE nº 057/04, de 28/09/07
	Casimiro de Abreu/RJ	Nota Técnica: nº 256/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Cruzeiro da Fortaleza/MG	Notas Técnicas: nº 110/2007/DIGES/SVS/MS e 254/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Conceição da Barra/ES	Nota Técnica: nº 258/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/ES - Ofício nº 3807 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/ES - não tem
	Divino das Laranjeiras/MG	Nota Técnica: nº 267/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 3811 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MG - não tem
	Fonte Boa/AM	Nota Técnica: nº 268/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AM - Ofício nº 3821 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/AM - não tem

9

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
22°	Guataparã/SP	Nota Técnica: nº 269/2007/DIGES/SVS/MS SES/SP - Ofício nº 3801/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e SMS/Guataparã/SP - Ofício nº 3802 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Respostas: SES/SP e SMS/Guataparã/SP - não tem
	Iaras/SP	Nota Técnica: nº 270/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 3816/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007, Resposta: SES/SP - não tem
	Iati/PE	Nota Técnica: nº 271/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício nº 3808/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007, Resposta: SES/PE - não tem
	Inaciolândia/GO	Notas Técnicas: nº 143/2007/DIGES/SVS/MS e 261/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 3809/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/GO - Of. Nº 4407/07-GAB/SES, de 18/12/07
	Ipaba/MG	Nota Técnica: nº 144/2007/DIGES/SVS/MS SES/MG - Ofício nº 2147/GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 Resposta: SES/MG - Of SE nº 062/07, de 28/09/07
	Iporã/PR	Nota Técnica: nº 272/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PR - Ofício nº 3815/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/PR - não tem
	Itaitinga/CE	Nota Técnica: nº 273/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/CE - Ofício nº 3819/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/CE- não tem

5

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Laranjal/MG	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS
	Marituba/PA	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS
	Ninheira/MG	Nota Técnica: n° 145/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício n° 2151/GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 Resposta: SES/MG - Of. SE n° 059/07, de 28/09/07
	Nova Guarita/MT	Nota Técnica: n° 01/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MT - Ofício n° 111/GAB/SVS/MS, de 17/01/2008 Resposta: SES/MT - não tem
	Olho D'Água do Casado/AL	Nota Técnica: n° 274/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício n° 3818/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/AL - não tem
	Olho D'Água dos Borges/RN	Nota Técnica: n° 03/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RN - Ofício n° 164/GAB/SVS/MS, de 23/01/2008, Resposta: SES/RN - não tem
	Panamá/GO	Nota Técnica: n° 260/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício n° 3806/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/GO - não tem
	Palmeirante/TO	Nota Técnica: n° 275/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/TO - Ofício n° 3814/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/TO - não tem
	Paranaíba/MS	Nota Técnica: n° 276/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MS - Ofício n° 3805/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MS - não tem

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Pedra Bonita/MG	Notas Técnicas: n°111/2007/DIGES/SVS/MS e n° 277/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício n° 3811 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MG - Of. SE n° 063/07, de 28/09/07
	Pirapora do Bom Jesus/SP	Nota Técnica: n°278/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/SP - Ofício n° 3816 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/SP - não tem
	Salitre/CE	Nota Técnica: n°279/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/CE - Ofício n° 3819 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/CE - não tem
	Santa Luzia/ MA	Nota Técnica: n°280/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MA - Ofício n° 3812 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MA - não tem
	São João do Urtiga/ RS	Nota Técnica: n°281/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/RS - Ofício n° 3810 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/RS - Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08
	São Miguel do Tocantins/ TO	Notas Técnicas: n°146/2007/DIGES/SVS/MS e n° 263/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/TO - Ofício n° 3803 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/TO - não tem
	Turiânia/MA	Nota Técnica: n°257/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.

6

ANEXO IV - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE
Tribunal de Contas da União

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
19º	Ofício nº 31775/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 3 de outubro de 2006 (5)	DENASUS - Memorando nº 46/DIGES/SVS/MS, de 16 de março de 2007 - CGU - OF. 372/GAB/SVS/MS, de 26/02/07
	Cocalzinho de Goiás/GO	Nota Técnica nº 09/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/GO - Ofício nº 806 - GAB/SVS/MS, de 30/03/2007 - Resposta SES/GO: Ofício 135/07-SPAIS/SES-GO, de 13/04/2007
	Santa Luzia do Norte/AL	Nota Técnica nº 21/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/AL - Ofício nº 2600/GAB/SVS/MS, de 17/09/2007 Resposta SES/AL: não tem
	Camacan/BA	Nota Técnica nº 14/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/BA - Ofício nº 239/GAB/SVS/MS - 07/02/07 Resposta SES/BA: Of. N° 322/2007, de 27/03/07
	Alegre/ES	Nota Técnica nº 16/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/ES - Ofício nº 278/GAB/SVS/MS e Ofício 808/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 Resposta SES/ES - Of/SESAR/GS nº 507/07, de 02/04/07
	Hidrolândia/GO	Nota Técnica nº 08/2007/DIGES/SVS/MS, de 02/02/2007 - Ofícios: SES/GO - Ofício nº 242 - GAB/SVS/MS, de 07/02/2007 Resposta SES/GO: Ofício 038/07/SPAIS/SES-GO
	Japorã/MS	Nota Técnica nº 17/2007/DIGES/SVS/MS, de 02/02/2007 - Ofícios: SES/MS - Ofício nº 236/GAB/SVS/MS, de 07/02/2007 - Resposta SES/MS: Ofício GAB/SES-MS nº 224/07, de 14/06/07.

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Nova Brasilândia/MT	Nota Técnica nº 19/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MT - Ofício nº 234/GAB/SVS/MS, de 07/02/2007 - SMS/Nova Brasilândia - Ofício nº 248/GAB/SVS/MS, de 08/02/2007 - Resposta SES/MT: Of. nº 2352/07/GBSES-MT, de 14/11/07
	Paim Filho/RS	Nota Técnica nº 15/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/RS - Ofício nº 807/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - Resposta SES/RS: Ofício 43/07-CEVES, de 16/04/07
	Serra Alta/SC	Nota Técnica nº 10/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SC - Ofício nº 238/GAB/SVS/MS, de 07/02/07 - Resposta da SES/SC - Ofício nº 001/07, de 19/01/07
	Itapeva/SP	Nota Técnica nº 27/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SC - Ofício nº 803/GAB/SVS/MS, 02/04/07 - Resposta SMS/Itapeva: Ofício GP nº. 235/07, de 27/03/07
	Venturosa/PE	Nota Técnica nº 12/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/PE - Ofício nº 805/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - Resposta SES/PE: Ofício GEVAS nº 6207, de 12/04/07
	Surubim/PE	Nota Técnica nº 11/2006/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/PE - Ofício nº 805/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - SMS/Surubim - Ofício nº 245/GAB/SVS/MS, de 08/02/2007 - Resposta SES/PE: Ofício GEVAS nº 6207, de 12/04/07
	Urbano Santos/MA	Nota Técnica nº 33/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento

2

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Iapu/MG	Nota Técnica nº 18/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício nº 809/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - SMS/Iapu - Ofício nº 249/GAB/SVS/MS, de 08/02/2007 - Resposta SES/MG: Of/SUS/SES-MG/sr/GAA/3765/2007, de 28/08/07
	Rio dos Bois/TO	Nota Técnica nº 13/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/TO: Ofício nº 804/GAB/SVS/MS, de 02/04/2007 - SMS/Rio dos Bois - Ofício nº 246/GAB/SVS, de 08/02/07 Resposta SES/TO: não tem
	Caiapônia/GO	Nota Técnica nº 07/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/GO - Ofício nº 242/GAB/SVS/MS, de 07/02/2007 - Resposta SES/GO: Ofício 136/07-SPAIS/SES/GO e Of. Nº 296/07SPAIS/SES, de 01/08/07
	Ofício nº 14428/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 14 de maio de 2007	DENASUS - Memorando nº 260, de 06 de agosto de 2007 - CGU - Of. 214/GAB/SVS/MS, de 08/08/07
	Bom Retiro/SC	Nota Técnica nº 141/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/SC: Ofício nº 1954/GAB/SVS/MS, de 24/07/07 - SMS/ Bom Retiro/SC - Ofício nº 1956 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Respostas: SES/SC: Of. nº 046, de 18/09/07 e SMS/ Bom Retiro/SC: Of. nº 103/07, de 28/08/07
	Capivari de Baixo/SC	Nota Técnica nº 140/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/SC: Ofício nº 1954, 24/07/07 - SMS/ Capivari de Baixo/SC - Ofício nº 1955 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Resposta: SES/SC: Of. nº 046, de 18/09/07 e SMS/ Capivari de Baixo/SC
	Chã Preta/AL	Nota Técnica nº 157/2007/DIGES/SVS/MS Ofício SES/SC - Ofício nº 1958 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Resposta SES/AL: não tem

[Handwritten signature]

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
20º	Medina/GO	Nota Técnica nº 132/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 1973 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/MG: não tem
	Nova Odessa/SP	Notas Técnicas: nº 53/2007/DIGES/SVS/MS e nº 160/2007/DIGES/SVS/MS Resposta SES/SP: não tem e SMS/ Nova Odessa/SP: Ofício nº 008/GP/07 de 15 de janeiro de 2007.
	Paracambi/RJ	Nota Técnica nº 131/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RJ - Ofício nº 1947 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Resposta SES/RJ: Of. SESDEC GS nº 1522/07, de 07/11/07
	Piedade dos Gerais/MG	Nota Técnica nº 130/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 1973 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/MG: não tem
	Pirapetinga/MG	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS - Ofício Procurador da República em Juiz de Fora/MG nº S/N/GAB/SVS/MS, de dezembro/2007 - Despacho Nº 206/2007/DIGES/SVS/MS de 26/12/2007
	Prado Ferreira/PR	Notas Técnicas: nº 129/2007/DIGES/SVS/MS e Nº177/2007/DIGES/SVS/MS - Despacho Nº 167/2007/DIGES/SVS/MS de 14/09/2007, Ofício: SES/PR: Ofício nº 1950 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - Resposta SES/PR: não tem
	Rio Espera/MG	Nota Técnica nº 128/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 1973 - GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/MG: não tem
	Salto/SP	Notas Técnicas: nº 67/2007/DIGES/SVS/MS e nº 127/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 3148/GAB/SVS/MS de 31/10/2007 Resposta SES/SP: não tem

9

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	São Bento do Norte/RN	Nota Técnica nº 126/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RN - Ofício nº 1957 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta SES/RN: não tem
	São João de Meriti/RJ	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS Ofícios: Ao Procurador da República em São João do Meriti/RJ - Ofício nº 1932 GAB/SVS/MS, de 20/07/2007 e Ofício nº 1933/GAB/SVS/MS de 20/07/2007.
	São Luiz do Norte/GO	Notas Técnicas: nº 80/2007/DIGES/SVS/MS e nº 156/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 1951 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta: SES/GO - Of. Nº 3756/07-GAB/SES, de 23/08/07
	São Miguel do Aleixo/SE	Notas Técnicas: nº 125/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SE - Ofício nº 1959 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta: SES/SE - não tem
	São Rafael/RN	Nota Técnica nº 124/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RN - Ofício nº 1957 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 - SMS/São Rafael/RN - Ofício nº 1981/GAB/SVS/MS, de 26/07/2007 Resposta SES/RN: não tem
	Serrana/SP	Nota Técnica nº 123/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/ SP - Ofício nº 1952 GAB/SVS/MS de 24/07/2007 e SMS de Serrana/SP - Ofício nº 1962 GAB/SVS/MS, de 25/07/2007 Resposta: SES/SP - não tem e SMS/Serrana/SP: Of. 806/07 - SMS, de 27/08/07
	Timbaúba/PE	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS Despacho Nº130/2007/DIGES/SVS/MS de 06/07/2007



SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Vargem Grande/MA	Notas Técnicas: nº 142/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MA - Ofício nº 1948 - GAB/SVS/MS, de 24/07/2007 Resposta SES/MA: não tem
	Ofício nº 18842/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 18/06/07	DENASUS: Memorando nº 07/GAB/SVS/MS, de 09/01/2008 - CGU: Of. Nº 070/GAB/SVS/MS, de 15/01/08
	Borrazópolis/PR	Nota Técnica: nº 201/2007/DIGES/SVS/MS, de 14/12/2007 - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Braúnas/MG	Nota Técnica: nº 106/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 2153 - GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 Resposta SES/MG: Of. SE nº 061/07, de 28/09/07
	Curitiba/SC	Nota Técnica: nº 202/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SC - Ofício nº 3776 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 Resposta SES/SC: Ofício nº 001/DIR/08, de 25/01/2008
	Formosa/GO	Nota Técnica: nº 247/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 3775 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 Resposta SES/GO: não tem
	Gameleira/PE	Nota Técnica: nº 245/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício nº 3778 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 Resposta SES/PE: não tem
	Gentio do Ouro/BA	Nota Técnica: nº 197/2007/DIGES/SVS/MS, de 14/12/2007 - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Itaúna/MG	Nota Técnica: nº 107/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Nova Marilândia/MT	Nota Técnica: nº 246/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento
	Palmeiras/BA	Nota Técnica: nº 200/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
21º	Pau dos Ferros/RN	Nota Técnica: nº 196/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/RN - Ofício nº 3774 GAB/SVS/MS, de 27/12/2007 e SMS/ Pau dos Ferros/RN - Ofício nº 3826/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 - Respostas: SES/RN e SMS de Pau dos Ferros/RN: não tem
	Pedro Canário/BA	Nota Técnica: nº 195/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/ES - Ofício nº 3773 GAB/SVS/MS, de 28/12/2007 e SMS/ Pedro Canário/ES - Ofício nº 3825/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 - Respostas: SES/ES e SMS de Canário/ES: não tem
	Pequi/MG	Notas Técnicas: nº 108/2007/DIGES/SVS/MS e nº 198/2007/DIGES/SVS/MS, de 14/12/2007 Ofícios: SES/MG - Ofício Nº 3779 GAB/SVS/MS de 28/12/2007 Respostas: SES/MG: não tem
	Pinhão/SE	Nota Técnica: nº 248/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SE - Ofício Nº 3817 GAB/SVS/MS de 31/12/2007 Resposta: SES/SE: não tem
	Pompeu/MG	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Quadra/SP	Nota Técnica: nº 60/2007/DIGES/VS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 1988 GAB/VS/MS, de 26/07/2007 Resposta: SES/SP: Of. CRS/Aud. Nº 306/07-MARS, de 13/08/07
	Saldanha Marinho/RS	Nota Técnica: nº 199/2007/DIGES/VS/MS Ofício: SES/RS - Ofício Nº 3777 GAB/VS/MS de 28/12/2007 Resposta: SES/RS: Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08
	Teotônio Vilela/AL	Nota Técnica: nº 194/2007/DIGES/VS/MS Ofício: SES/AL - Ofício Nº 3780 GAB/VS/MS de 28/12/2007 - Resposta: SES/AL: não tem
	Ofícios nº 27407/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 22 de agosto de 2007 e nº 798/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 15 de janeiro de 2008	DENASUS - Memorando nº 18/DIGES/VS/MS, 22/01/2008 - CGU: Of. Nº 160/GAB/VS/MS, de 22/01/08
	Antônio Dias/MG	Notas Técnicas: nº 109/2007/DIGES/VS/MS e nº 252/2007/DIGES/VS/MS de 26/12/2007 - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Aracaju/SE	Nota Técnica: nº 264/2007/DIGES/VS/MS Ofícios: SES/SE - Ofício nº 3820 de 31/12/2007 e SMS/Aracaju/SE - Ofício nº 3800 GAB/VS/MS de 31/12/2007 Respostas: SES/SE e SMS/Aracaju - não tem
	Belmonte/SC	Nota Técnica: nº 253/2007/DIGES/VS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Benjamim Constant do Sul/RS	Nota Técnica: nº 265/2007/DIGES/VS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 3804 de 31/12/2007, Respostas - Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08

6

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Brejo Grande do Araguaia/PA	Nota Técnica: nº 266/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PA - Ofício nº 3813 de 31/12/2007, Respostas - não tem
	Canabrava do Norte/MT	Nota Técnica: nº 255/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Campina Verde/MG	Nota Técnica: nº 104/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 2149 de 08/08/2007, Resposta SES/MG: Of. SE nº 057/04, de 28/09/07
	Casimiro de Abreu/RJ	Nota Técnica: nº 256/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Cruzeiro da Fortaleza/MG	Notas Técnicas: nº 110/2007/DIGES/SVS/MS e 254/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Conceição da Barra/ES	Nota Técnica: nº 258/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/ES - Ofício nº 3807 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/ES - não tem
	Divino das Laranjeiras/MG	Nota Técnica: nº 267/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 3811 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MG - não tem
	Fonte Boa/AM	Nota Técnica: nº 268/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AM - Ofício nº 3821 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/AM - não tem

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
22°	Guataparã/SP	Nota Técnica: nº 269/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 3801/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e SMS/Guataparã/SP - Ofício nº 3802 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Respostas: SES/SP e SMS/Guataparã/SP - não tem
	Iaras/SP	Nota Técnica: nº 270/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 3816/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007, Resposta: SES/SP - não tem
	Iati/PE	Nota Técnica: nº 271/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício nº 3808/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007, Resposta: SES/PE - não tem
	Inaciolândia/GO	Notas Técnicas: nº 143/2007/DIGES/SVS/MS e 261/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 3809/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/GO - Of. Nº 4407/07-GAB/SES, de 18/12/07
	Ipaba/MG	Nota Técnica: nº 144/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 2147/GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 Resposta: SES/MG - Of SE nº 062/07, de 28/09/07
	Iporã/PR	Nota Técnica: nº 272/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PR - Ofício nº 3815/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/PR - não tem
	Itaitinga/CE	Nota Técnica: nº 273/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/CE - Ofício nº 3819/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/CE - não tem



SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Laranjal/MG	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS
	Marituba/PA	Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS
	Ninheira/MG	Nota Técnica: nº 145/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 2151/GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 Resposta: SES/MG - Of. SE nº 059/07, de 28/09/07
	Nova Guarita/MT	Nota Técnica: nº 01/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MT - Ofício nº 111/GAB/SVS/MS, de 17/01/2008 Resposta: SES/MT - não tem
	Olho D'Água do Casado/AL	Nota Técnica: nº 274/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício nº 3818/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/AL - não tem
	Olho D'Água dos Borges/RN	Nota Técnica: nº 03/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RN - Ofício nº 164/GAB/SVS/MS, de 23/01/2008, Resposta: SES/RN - não tem
	Panamá/GO	Nota Técnica: nº 260/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 3806/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/GO - não tem
	Palmeirante/TO	Nota Técnica: nº 275/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/TO - Ofício nº 3814/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/TO - não tem
	Paranaíba/MS	Nota Técnica: nº 276/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MS - Ofício nº 3805/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MS - não tem

5

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
	Pedra Bonita/MG	Notas Técnicas: nº111/2007/DIGES/SVS/MS e nº 277/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício nº 3811 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MG - Of. SE nº 063/07, de 28/09/07
	Pirapora do Bom Jesus/SP	Nota Técnica: nº278/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/SP - Ofício nº 3816 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/SP - não tem
	Salitre/CE	Nota Técnica: nº279/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/CE - Ofício nº 3819 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/CE - não tem
	Santa Luzia/ MA	Nota Técnica: nº280/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MA - Ofício nº 3812 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MA - não tem
	São João do Urutiga/ RS	Nota Técnica: nº281/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/RS - Ofício nº 3810 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/RS - Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08
	São Miguel do Tocantins/ TO	Notas Técnicas: nº146/2007/DIGES/SVS/MS e nº 263/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/TO - Ofício nº 3803 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/TO - não tem
	Turilândia/MA	Nota Técnica: nº257/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.

5

2. Sistema de controle interno (Não se aplica)

Orientações de preenchimento

- a) Para cada recomendação, de cada Relatório, informar:
- i. Recomendação ou determinação.
 - ii. Providências adotadas e resultados obtidos:

ANEXO E - DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

A seguir estão detalhadas as transferências por meio de convênios em que estão especificados itens como VALORES A LIBERAR.

b

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio SIAFI	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
EXERCÍCIOS DE 1999 A 2003										
AM	Fundação de Dermatologia e Venerologia Alfredo da Matta	2880/2003	498136	1/4/2008	19.01.2004	Custeio a manutenção e aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o centro de referência Alfredo da Matta		625.524,50	62.552,45	PC a liberar
BA	Ses Bahia	2416/1999	386587	31/12/2007	14.01.2000	Organização dos serviços de saúde na área das doenças crônicas não transmissíveis, apoio ao controle de Hanseníase e Tuberculose		1.244.819,00	138.314,00	PC a liberar
CE	Ses do Ceará	111/2002	449986	4/4/2008	2/5/2002	Implementação das ações do programa de controle da tuberculose no estado do Ceará		280.000,00	28.000,00	PC a aprovar
ES	Pm de Serra	2525/2003	497226	17/11/2007	8/1/2004	Ampliação e aquisição de equipamentos e materiais permanentes		91.490,83	18.288,06	PC a liberar
MT	Ses do Mato Grosso	2299/2003	497298	22/11/2007	8/1/2004	Estudo e pesquisa sobre hanseníase e outras dermatoses		6.464,15	587,65	Expirado sem Pagamento.
PE	Ses de Pernambuco	1719/1999	386423	30/6/2008	5/1/2000	Organização de serviços de saúde nas áreas de portadores de deficiência, doenças crônicas não transmissíveis e apoio ao controle da Hanseníase.		512.389,00	51.238,54	Inadimplência efetiva.
SE	Ses Sergipe	2899/2000	409085	21/11/2007	10/1/2004	Implementar ações de educação em saúde sobre a hanseníase no estado de Sergipe.		90.000,00	9.000,00	PC a aprovar
EXERCÍCIO DE 2004										
AC	Ses do Acre	3655/2004	510598	20/2/2008	23/9/2004	Apoiar o Centro de Hepatologia no SUS na Fundacre.		209.209,00	20.900,00	PC a comprovar
BA	Fundação de apoio, pesquisa e extensão	176/2004	506302	28/1/2008	27/2/2004	Implantação de Centro Colaborador de Investigação e Avaliação de Impacto e Tecnologias no Campo das Doenças Infecciosas.	106.329,89	528.649,46		PC a comprovar
DF	Lacen	3672/2004	510608	29/12/2007	23/9/2004	Custeio as Atividades de Referência Nacional e Regional para a Rede de Laboratório de Saúde Pública e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.		770.000,00	77.000,00	PC a liberar
DF	Sociedade Brasileira de Pneumologia e Risiologia	5565/2004	520635	15/6/2008	17/5/2005	Estudos e Pesquisas para Qualificação dos Profissionais Contra a Tuberculose.	76.666,67	230.000,00		PC a comprovar
MA	Fundação Souza Andrade	5584/2004	520072	22/3/2008	13/5/2005	Manutenção de unidade de saúde.	80.000,00	240.000,00		PC a aprovar
MG	Pm de Itajuba	3626/2004	510406	31/3/2008	16/9/2004	Aquisição de equipamentos para Centro de Controle de Zoonoses.		250.000,00	75.000,00	PC a comprovar
MG	Pm Belo Horizonte	168/2004	502026	9/5/2008	29/6/2004	Construção de um Centro de Controle de Zoonoses.		700.000,00	140.000,00	PC a comprovar

CGPLC
Fls. 103
14

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio Sias	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
MG	Fundação de desenvolvimento - FUNED	3690/2004	520316	11/7/2008	14/1/2005	Custeio e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Laboratório de Referência Nacional e Regional da Funed.		1.250.000,00	250.000,00	PC a comprovar
MG	Fundação de Ensino de Uberaba	3653/2004	510235	13/3/2008	10/9/2004	Novo Estudo Sorológico para Avaliar o atual Nível de Prevalência da Doença de Chagas.	595.590,00	1.490.590,00		PC a comprovar
MG	Pm de Sabará	3625/2004	510814	26/12/2007	11/10/2004	Aquisição de Equipamentos para Centro de Controle de Zoonoses		150.000,00	30.000,00	PC a comprovar
MT	Associação Matogrossense de Estudos e Encemias Tropicais	83/2004	499748	1/9/2007	29/4/2004	Custeio e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Tratamento da Leishmaniose Cutânea.		105.035,00		PC a aprovar
PE	Ses de Pernambuco	3686/2004	510451	24/7/2008	16/4/2004	Implantação das ações de Vigilância em saúde para apoio ao Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública		944.991,00	94.499,00	PC a comprovar
PR	Pm Maringá	3641/2004	509639	14/12/2007	26/8/2004	Realização de Estudo para Controle e Diagnóstico das Coagulopatias e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.		250.000,00	75.580,00	PC a aprovar
PR	Pm de Curitiba	164/2004	502029	3/2/2008	29/6/2004	Construção do Centro de Controle de Zoonoses.	274.000,00	685.000,00	137.947,19	PC a liberar
RJ	Ses do Rio de Janeiro	3652/2004	510883	28/8/2007	1/10/2004	Construção da Rede de Frio.		1.120.000,00	224.000,00	PC a liberar
RJ	Fundação Universitária José Bonifácio	182/2004	506668	1/12/2007	27/7/2004	Projeto "Constituição do núcleo de estudos de saúde coletiva da UFRJ como colaborador em Vigilância Ambiental em Saúde".		443.928,00		PC a aprovar
RJ	Sociedade de Pneumologia e fisiologia	5612/2004	521198	14/12/2007	20/1/2005	Fortalecer a Qualificação, Expansão e a Descentralização das Ações de Controle da Tuberculose		350.000,00		PC a liberar
RO	Ses de Rondonia	152/2004	504929	3/2/2008	27/7/2004	Ampliação e Aquisição de Equipamentos da Rede Frio.		792.358,93	88.039,88	PC a liberar
RS	Ses do Rio Grande do Sul	3651/2004	511941	29/8/2007	9/11/2004	Construção de Rede de Frio de Imunobiológicos.		1.120.000,00	204.000,00	PC a liberar
SC	Ses de Santa Catarina	3663/2004	510472	12/12/2007	10/9/2004	Implantar o Sistema de Vigilância da "Intoxicação por Agrotóxico e Controle Químico".		135.600,00	27.120,00	PC a comprovar
SC	PM Chapecó	3586/2004	506945	8/2/2008	2/7/2004	Conclusão de unidade de saúde e aquisição de equipamento e material permanente.	114.536,10	700.000,00	70.000,00	PC a Liberar
SP	Fundação de apoio a universidade de São Paulo	3661/2004	511212	28/12/2006	15/10/2004	Aprimoramento da qualidade das informações de mortalidade e morbidade.		150.000,00		PC a aprovar
SP	Centro de Estudos Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão	129/2004	500105	8/2/2008	10/5/2005	Projeto "Inquérito de cobertura vacinal nas regiões metropolitanas e capitais do Brasil"		1.367.850,00		PC a liberar
SP	Fundação Faculdade de Medicina	3649/2004	510721	6/5/2008	24/9/2004	Pesquisa - Estudo de Avaliação(Custo-Efetividade) para Introdução de novas vacinas		183.000,00		PC a liberar

104
Fis. 104

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nº Convênio SIAFI	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrepartida	Situação Prestação de Contas - PC
SP	Pm Jacarei	3635/2004	521288	7/12/2007	20/1/2005	Construção do Centro de Controle de Zoonoses.		218.368,00	43.673,60	PC a liberar
EXERCÍCIO DE 2005										
AL	Ses de Alagoas	4541/2005	546548	11/5/2008	13/1/2006	Aquisição de equipamento e material permanente		105.525,00	11.725,00	PC a comprovar
AM	Pm de Manaus	4016/2005	546569	21/9/2008	13/1/2006	Construção de unidade de saúde.	320.000,00	800.000,00	80.000,00	PC a comprovar
AM	Secretaria Municipal de Manaus	4666/2005	546575	11/5/2008	12/1/2006	Aquisição de equipamento e material permanente		39.711,90	4.419,10	PC a comprovar
AP	Centro de Reabilitação do Amaba	1716/2005	541593	26/12/2007	30/12/2005	Implementação do Programa de Prevenção de Acidentes de Trânsito nas Escolas Públicas do Município de Anápolis		45.000,00	5.000,00	PC a comprovar
BA	Pm de Vitória da Conquista	2214/2005	541948	24/12/2007	30/12/2005	Implementação do Centro Colaborador para a Atenção a Saúde das Pessoas em Situações de Risco		200.000,00	10.000,00	PC a comprovar
CE	Pm de Igatu	1333/2005	529055	16/9/2007	22/11/2005	Aquisição de equipamento e material permanente		181.818,82	18.181,18	PC a aprovar
CE	Fundação Araripe	4854/2005	546677	22/6/2008	16/1/2006	Desenvolver Cooperação Técnica Visando a Estruturação da Vigilância em Saúde Ambiental	100.000,00	400.000,00		PC a comprovar
DF	Ses do Distrito Federal	3122/2005	546735	26/10/2008	16/1/2006	Projeto de Atenção a Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e Outras Situações de Risco		200.000,00	20.000,00	Inadimplência Efetiva
DF	Fundação de estudos e pesquisas em Administração	4859/2005	546725	28/9/2007	16/1/2006	Atenção a Saúde da População em Situações de Urgências e Violências		200.000,00		PC a aprovar
DF	Fundação de Estudos e Projetos em Saúde	1904/2005	546724	31/5/2008	16/1/2006	Projeto "Eficácia e Segurança Da Dose Baixa De Antimônio Penicilina No Tratamento Da Doença de Chagas"		99.900,00		PC a comprovar
BA	Pm de Vitória da Conquista	3622/2005	551437	19/12/2007	30/12/2005	Construção do Centro de Zoonoses		438.116,75	23.058,77	PC a liberar
BA	Fundação de apoio Pesquisa e Extensão	5387/2005	546604	21/6/2008	16/1/2006	Implantar o Novo Regulamento Sanitário Internacional.	202.000,00	537.000,00		PC a liberar
BA	Centro de Estudos e Projetos em Saúde	4543/2005	546600	10/12/2007	16/1/2006	Implementar Ações Preventivas Sobre Acidentes e Violências entre crianças e adolescentes.	20.300,00	200.000,00		PC a liberar
GO	Pm de Goiânia	5024/2005	546819	21/12/2007	12/1/2006	Apoio a Estudo e Pesquisa sobre Acidentes e Violências de Trânsito.		250.000,00	25.000,00	PC a liberar
GO	Pm de Goiânia	1580/2005	551611	29/1/2008	20/12/2005	Aquisição de equipamento e material permanente		318.137,70	15.907,00	PC a comprovar
MG	Pm de Contagem	1054/2005	551552	19/12/2007	19/12/2008	Construção do Centro de Zoonoses	400.000,00	700.000,00	280.000,00	PC a liberar
MG	Fundação Ezequiel Dias	4866/2005	546975	10/7/2008	16/1/2006	Desenvolvimento, Definição e Validação de Metodologias de Detecção de Cryptosporidium Spp e Giardia Spp em Água para Consumo Humano, para o Atendimento as Demandas da Vigilância em Saúde Ambiental		75.000,00	15.000,00	PC a comprovar
MG	Pm de Belo Horizonte	4868/2005	547042	14/4/2008	13/1/2006	Implementação das Ações em Desenvolvimento de Estruturação da Rede Nacional de Prevenção da Violência e Outras Causas Externas		184.138,00	18.414,00	PC a comprovar
MG	Fundação de desenvolvimento da pesquisa	3661/2005	546970	31/7/2008	13/1/2006	Apoio a Pesquisa em Doenças de Agravos não Transmissíveis e seus Fatores de Risco.		800.000,00		PC a liberar
MG	Fundação de desenvolvimento da pesquisa	589/2005	533798	30/6/2008	14/12/2005	Projeto: Estudo Prevalência da Infecção pelo Hiv e de Outras Co-Morbidades, Diabetes Mellitus, Hepatites B E C, Tabagismo e Etilismo em Pacientes Portadores de Tuberculose Pulmonar com Baciloscopia Positiva		115.210,00		PC a comprovar

[Assinatura]

105
Fis.
[Assinatura]

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio SIAFI	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Paclado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
MT	Pm de Rondonópolis	4786/2005	547347	28/6/2008	13/1/2006	Aquisição de equipamento e material permanente	6.594,00	42.000,00	5.000,00	PC a comprovar
PE	Pm de Olinda	4879/2005	547500	29/5/2008	13/1/2006	Construção do Centro de Zoonoses		600.000,00	145.500,00	PC a liberar
PE	Pm de Recife	3584/2005	551809	26/12/2007	4/1/2006	Implementação do Centro Colaborador para Atenção à Saúde da População em Situação de Urgências, Violências e Causas Externas.		200.000,00	20.000,00	PC a comprovar
PI	Pm de Teresina	3636/2005	551833	21/12/2007	4/1/2006	Ampliação de Unidade de Saúde e Aquisição de Unidade Móvel.		199.529,26	14.000,00	PC a liberar
PR	Pm de Curitiba	3492/2005	551909	26/12/2007	4/1/2006	Realização de Seminário Regional de Acidentes e Violência e Promoção de Saúde e Aquisição de		200.000,00	20.000,00	PC a comprovar
PR	Pm de Curitiba	1865/2005	542068	24/12/2007	30/12/2005	Aquisição de equipamento e material permanente		350.018,25	70.000,00	PC a comprovar
PR	Instituto de tecnologia do Paraná	1864/2005	532988	23/9/2007	15/12/2005	Projeto Apoio Planta Produtora De Vacina Anti-Rábica		1.000.000,00	200.000,00	PC a liberar
RJ	MORHAN	2816/2005	545355	21/12/2007	5/1/2006	Contribuir com a eliminação da Hanseníase no Brasil	233.660,80	584.152,00		PC a comprovar
RJ	Associação Brasileira de pós graduação	4604/2005	547669	21/12/2007	16/1/2006	Custear Despesas para o fortalecimento da Epidemiologia nos Serviços	272.133,00	565.800,00		PC a liberar
RJ	Fundação de desenvolvimento científico e tecnologico em saude	4606/2005	547686	21/12/2007	16/1/2006	Capacitação de Profissionais nas Ações Voltadas para a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências	130.000,00	650.000,00		PC a liberar
RJ	Fundação de desenvolvimento científico e tecnologico em saude	4605/2005	547683	20/6/2008	16/1/2008	Desenvolvimento de Metodologias para Contribuição para Superação do Óbito Infantil e Materno	217.279,06	682.395,00		PC a liberar
RO	Pm de Porto Velho	3501/2005	545409	15/4/2008	5/1/2006	Realização do Estudo sobre a relação da dinâmica do Trânsito e o comportamento da Violência		30.000,00	1.500,00	PC a comprovar
RO	Pm de Porto Velho	2357/2005	545410	21/12/2007	5/1/2006	Aquisição de equipamento e material permanente		250.000,00	12.500,00	PC a comprovar
RS	Pm de Uruguaiana	4892/2005	548094	20/12/2007	13/1/2006	Construção do Centro de Zoonoses		410.000,00	82.000,00	PC a liberar
RS	Ses do Rio Grande do Sul	4895/2005	548101	20/12/2007	13/1/2006	Ampliação de Rede de Frio, Aquisição de Equipamento e Material Permanente		250.000,00	25.000,00	PC a liberar
SP	Ses de São Paulo	3529/2005	548709	27/10/2007	16/1/2006	Implementar as Ações de Vigilância, Prevenção e Controle dos Acidentes e Violências		200.000,00	40.000,00	PC a aprovar
SP	Ses de São Paulo	1838/2005	545996	21/12/2007	5/1/2006	Implementação de Novas Técnicas Laboratoriais no Instituto Adolfo Lutz		1.140.000,00	285.000,00	PC a liberar
SP	Fundação Butantan	105/2005	527639	21/12/2007	4/1/2005	Modernização da Produção da Vacina Bcg e outras vacinas e Aquisição de Insumo		2.864.500,00		PC a comprovar
SP	Fundação ensino ciencias da saude Lauro Souza Lima	4238/2005	545711	21/12/2007	5/1/2006	Custear Despesas de Digitalização e Indexação do Acervo Bibliográfico e Fotográfico Em Rede para Veiculação Interna e Externa de Dados	100.000,00	400.000,00		PC a liberar
SP	Fundação apoio pesquisa assistencia do HCMRP	4911/2005	548218	31/5/2008	16/1/2006	Estudos e Análises de Informações das Hospitalizações em Ribeirão Preto e Região		120.000,00		PC a comprovar
SP	Pm de São Paulo	4914/2005	548637	14/12/2008	16/1/2006	Construção do Centro de Zoonoses		1.000.000,00	412.308,00	PC a liberar
SP	Pm Piracicaba	4842/2005	548553	21/12/2008	16/1/2006	Reforma e Ampliado Centro de Controle de Zoonoses	84.386,51	341.147,05	136.458,82	PC a liberar
SP	Pm de Porto Feliz	3008/2005	548565	26/12/2007	16/1/2006	Construção do Centro de Zoonoses		60.000,00	24.000,00	PC a liberar

106
14

Atualizado 13/02/2008

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio SIAFI	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Paclado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
SP	Pm Valinhos	5633/2005	548688	26/12/2006	16/1/2006	Construção do Centro de Zoonoses		210.000,00	42.000,00	PC a liberar
SP	Pm Arujá	2929/2005	545759	21/12/2007	5/1/2006	Construção do Centro de Zoonoses		150.000,00	15.000,00	PC a liberar
SP	Pm de Taboão da Serra	2929/2005	548660	20/12/2007	16/1/2006	Construção do Centro de Zoonoses	90.240,00	451.200,00	300.000,00	PC a liberar
EXERCÍCIO DE 2006										
AC	Ses do Acre	155/2006	563308	19/6/2008	20/7/2006	Aquisição de equipamento e material permanente		215.000,00	21.500,00	PC a liberar
AC	Fundação Bioma	806/2006	573083	10/11/2008	22/11/2006	Estudo e Pesquisa - Auxílio Financeiro para Inquérito de Fatores de Risco e Morbidade Para Doenças Não-Transmissíveis.		50.000,00		PC a liberar
AM	Fundação de Vigilância em saúde	921/2006	581849	16/10/2008	10/1/2007	Aquisição de equipamento e material permanente - estruturação do serviço de vigilância para realização do acompanhamento e controle das Hepatites Virais.	34.500,00	34.500,00	6.500,00	PC a comprovar
AM	Fundação de Vigilância em saúde	149/2006	563317	19/6/2008	20/7/2006	Construção de Unidade de Saúde		1.307.418,75	145.268,75	PC a liberar
AP	Ses do Amapá	156/2006	563321	19/6/2008	20/7/2006	Aquisição de equipamento e material permanente	140.000,00	140.000,00	14.000,00	PC a comprovar
BA	Pm Salvador	151/2006	563337	19/6/2008	19/7/2006	Aquisição de equipamento e material permanente		250.000,00	12.500,00	PC a liberar
BA	Fundo Estadual de Saúde	879/2006	577110	4/12/2008	18/12/2006	Aquisição de equipamento e material permanente, reforma de unidade de saúde - adequação da Rede de Frio de Imunobiológicos		300.000,00	30.000,00	PC a liberar
BA	Pm Jequié	150/2006	563333	19/6/2008	20/7/2006	Construção de Unidade de Saúde		550.000,00	28.000,00	PC a liberar
CE	Ses do Ceará	153/2006	563358	30/6/2008	20/7/2006	Aquisição de equipamento e material permanente	125.000,00	250.000,00	25.000,00	PC a comprovar
CE	Escola de saúde Pública do Ceará	866/2006	561881	26/12/2007	10/1/2007	Curso de Capacitação para formação da Rede de Atenção às vítimas de violência doméstica,		50.000,00	5.000,00	PC a liberar
CE	Pm Caucaia	906/2006	577111	8/12/2008	20/12/2006	Construção de Unidade de Saúde		500.000,00	42.500,00	PC a liberar
CE	Pm Juazeiro	152/2006	563352	19/6/2008	20/7/2006	Aquisição de equipamento e material permanente	300.000,00	300.000,00	25.000,00	PC a comprovar
CE	Sociedade Cearense de Infectologia	2965/2006	586844	25/12/2008	16/1/2006	Curso, Congresso, Encontro, Treinamento, Seminário e Eventos para capacitar os médicos do sistema único de saúde		250.000,00	60.000,00	PC a liberar
DF	Fundação de Saúde do Distrito Federal - Funsau	855/2006	574018	25/12/2008	21/1/2007	Construção do sistema de vigilância de doenças de agravos não transmissíveis, manutenção de unidade de saúde		50.000,00		PC a liberar
DF	Ses do Distrito Federal	157/2006	563361	19/6/2008	20/7/2006	Aquisição de equipamento e material permanente	237.500,00	237.500,00	25.000,00	PC a comprovar
DF	Associação de prevenção e tratamento da dependência química e portadores do HIV	1403/2006	582144	6/4/2008	10/1/2007	Realização De 4 Oficinas Contínuas Para Desenvolver Atividades Com Pessoas Vivendo Com HIV/AIDS	265.702,30	265.702,30		PC a comprovar
GO	Centro Comunitário Valparaíso de Goiás	1077/2006	581915	26/2/2008	10/1/2007	Desenvolver Ações para Reduzir a Incidência da Infecção pelo HIV/AIDS e a Violência Doméstica e Sexual Contra Mulheres	104.515,34	156.773,00		PC a liberar
GO	Centro Comunitário Valparaíso de Goiás	3035/2006	585957	29/6/2008	16/1/2007	Auxílio Financeiro para Custeio de Ações do Programa de Dst/Aids	73.900,00	73.900,00		PC a comprovar

CGX 109

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio SIAFI	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
GO	Fundação de apoio a pesquisa da UFG	1380/2006	586858	26/12/2007	22/1/2007	Treinamento de Técnicos que Participaram dos Estudos de Validação.		150.000,00		PC a liberar
GO	Sociedade Goiana de Cultura	158/2006	563380	19/6/2008	20/7/2006	Custear despesas voltadas para Atendimento Psicossocial, visando a Promoção da Saúde		154.000,00		PC a liberar
MG	Fundep	154/2006	573085	16/11/2007	22/11/2007	Constituição de Um Sistema de Monitoramento das Condições de Saúde dos Idosos do Brasil	266.666,67	400.000,00		PC a liberar
MG	Fundação Arthur Bernardes	841/2006	581935	6/11/2008	10/1/2007	Implantação do Plano de Segurança da Água no Brasil - Psa	233.333,32	350.000,00		PC a liberar
MG	Pm Belo Horizonte	856/2006	581940	26/12/2007	10/1/2007	Auxílio Financeiro para Qualificação em Linguagem Php, Asp, Integração de Base de Dados e Padronização de Indicadores para o Monitoramento dos Acidentes de Trânsito de Belo Horizonte		100.000,00	10.000,00	PC a liberar
MG	Pm Janaúba	875/2006	581942	26/12/2007	10/1/2007	Construção de um centro de controle de zoonoses		300.000,00	24.000,00	PC a liberar
MG	Ses Minas Gerais	880/2006	586923	26/12/2007	19/1/2007	Aquisição de Equipamento e Material Permanente, Reforma de Unidade De Saúde.		350.000,00	70.000,00	PC a liberar
MG	Fundep	1204/2006	586018	26/12/2007	16/1/2007	Cooperação Técnica em Gestão e Vigilância em Saúde	233.333,34	350.000,00		PC a liberar
MG	Fundep	1597/2006	586020	26/12/2007	4/7/2008	Apoio a Vigilância em Saúde referente a Importação de Doenças e Agravos	146.666,66	220.000,00		PC a liberar
MG	Pm Unai	160/2006	563422	19/6/2008	20/7/2006	Aquisição de equipamento e material permanente	250.000,00	250.000,00	20.000,00	PC a comprovar
MS	Pm Corumbá	858/2006	582353	26/12/2007	5/2/2008	Aquisição de equipamento e material permanente	100.000,00	100.000,00	5.000,00	PC a comprovar
MS	Pm Campo Grande	119/2006	563428	25/6/2008	18/7/2006	Reforma e ampliação de unidade de saúde	83.194,55	349.829,30	34.997,15	PC a liberar
PB	Ses da Paraíba	896/2006	581975	26/12/2007	10/1/2007	Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Estruturação da Coordenação Estadual de Hepatites Virais		52.830,00	5.870,00	PC a liberar
PB	Ses da Paraíba	843/2006	581972	20/12/2008	11/1/2007	Ampliação de unidade de saúde		784.581,25	78.458,13	PC a liberar
PE	Ses de Pernambuco	844/2006	576440	5/7/2008	18/12/2006	Aquisição de equipamento e material permanente	211.310,29	211.310,29	28.567,81	PC a comprovar
PE	Pm Petrolina	878/2006	581989	26/12/2007	10/1/2007	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, e reforma de unidade de saúde	224.449,80	224.449,80	13.061,68	PC a comprovar
PE	Pm Camocim de São Felix	867/2006	582396	26/12/2007	11/1/2007	Elaborar Políticas de Saúde fundamentadas nas reais necessidades da população da região		188.180,00	5.820,00	PC a liberar
PE	Fundação de desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco	1215/2006	581977	26/12/2007	10/1/2007	Cooperação Técnica em Gestão e Vigilância em Saúde.		100.000,00		PC a liberar
PE	Pm Olinda	868/2006	581987	31/5/2008	10/1/2007	Auxílio Financeiro para o desenvolvimento de Capacitações, Oficinas e Estudos para a Promoção da Paz e da não violência	100.000,00	100.000,00		PC a comprovar
PE	Instituto Materno Infantil- IMIP	766/2006	572793	9/11/2008	17/11/2006	Produção de Informações para Subsidiar a Construção de Intervenções Sanitárias	100.000,00	300.000,00		PC a liberar
PI	Ses do Piauí	897/2006	579216	22/12/2007	28/12/2006	Aquisição de Equipamento e Material Permanente, Manutenção de Unidade de Saúde	69.576,00	69.576,00	8.000,00	PC a comprovar
PI	Ses do Piauí	881/2006	581993	26/12/2007	10/1/2007	Construção e Reforma da Rede de Fios de Imunobiológicos de Gerências Regionais do Estado do Piauí		374.000,00	37.400,00	PC a liberar

108

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nº. Convênio	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
PR	Universidade Estadual de Londrina	827/2006	579226	22/12/2007	28/12/2006	Projeto para Atendimento a Eventos Adversos Pós-Vacinais nos Serviços de Saúde.	37.350,00	37.350,00	4.150,00	PC a comprovar
PR	Pm de São Jorge do Patrocínio	1635/2006	582449	5/7/2008	11/1/2007	Curso, Congresso, Encontro, Treinamento, Seminário e Eventos - Atividades Necessárias para o Desenvolvimento do Projeto	30.000,00	30.000,00	1.500,00	PC a comprovar
PR	Instituto de saúde do Paraná	884/2006	581996	20/12/2008	10/1/2007	Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde, Aquisição de Equipamento e Material Permanente		742.000,00	74.200,00	PC a liberar
PR	Instituto de saúde do Paraná	161/2006	563482	19/6/2008	20/7/2006	Suprir a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública com Insumos e Reagentes	133.333,34	200.000,00	20.000,00	PC a liberar
RJ	Fiotec	814/2006	575509	15/6/2008	14/12/2006	Acompanhamento, Normalização, Padronização de Técnicas Analíticas e Avaliação das Atividades Laboratoriais	2.900,00	2.900.000,00		PC a comprovar
RJ	Fiotec	803/2006	573842	19/6/2008	23/11/2006	Aprimorar Novas Tecnologias no Campo da Saúde Ambiental no Sus	1.000.000,00	1.000.000,00		PC a comprovar
RJ	Fiocruz	899/2006	582030	4/8/2008	10/1/2007	Assistência Financeira para Aprimorar e validar novas propostas metodológicas pelos Programas de Controle das Leishmanioses e Esquistossomose	112.800,00	169.200,00		PC a liberar
RJ	MOHAN	1382/2006	582034	28/6/2008	10/1/2007	Apoio as atividades de eliminação de Hanseníase	333.333,36	500.000,00		PC a liberar
RJ	Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social	2920/2006	586997	26/12/2007	22/1/2007	Apoio as ações de tuberculose.		110.000,00		PC a liberar
RN	Pm de Natal	886/2006	582476	20/12/2008	11/1/2007	Ampliação e Reforma de unidade de saúde.		350.000,00	35.000,00	PC a liberar
RS	Ses do Rio Grande do Sul	1240/2006	587106	26/12/2007	19/1/2007	Para Implantação de Serviço Especializado para Atendimento a Portadores de Hepatite B e C.	94.500,00	94.500,00	10.500,00	PC a comprovar
RS	Fundação de apoio universitário de Pelotas	833/2006	574874	29/12/2008	11/12/2006	Para Coleta de Dados em Visitas Domiciliares as Crianças da Corte 2004 aos 24 meses de idade	120.000,00	180.000,00		PC a liberar
SC	Pm Blumenal	870/2006	576446	4/12/2008	18/12/2006	Construção de unidade de saúde		500.000,00	182.209,00	PC a liberar
SE	Pm Aracaju	869/2006	582779	30/6/2008	12/1/2007	Através de Programa que Permita aos Cidadãos Conhecer, Experimentar e Incorporar um Estilo de Vida Mais Saudável., Estudo e Pesquisa	93.586,40	93.586,40	4.925,60	PC a comprovar
SE	Pm Aracaju	863/2006	577127	8/12/2008	20/12/2006	Ampliação de unidade de saúde		333.333,33	16.667,00	PC a liberar
SP	Instituto Pasteur - Ses São Paulo	1263/2006	582870	20/12/2008	12/1/2007	Aquisição de Equipamento e Material Permanente, Manutenção de unidade de saúde		220.000,00	44.000,00	PC a liberar
SP	Fundação de apoio a universidade de São Paulo	782/2006	572811	9/11/2008	17/11/2006	Implantação dos Sistemas Nacionais de Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para a Saúde do Adolescente e do Adulto	133.334,00	200.000,00		PC a liberar
SP	Sociedade Brasileira de Patologia	762/2006	573088	16/11/2007	22/11/2007	Capacitar patologistas do Brasil que atendem ou prestam serviços para o SUS na interpretação das lâminas de biópsia hepática	83.332,00	125.000,00		PC a aprovar
SP	Instituto Lauro Souza Lima	783/2006	572812	3/1/2008	17/11/2006	Apoiar as atividades de eliminação da Hanseníase e realizar exercício de validação de diagnóstico de novos casos		600.000,00		PC a liberar

CG
109

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Paclado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
SP	Fundação Faculdade de Medicina	784/2006	572813	3/11/2008	17/11/2006	Desenvolvimento do Projeto Homem Virtual		250.000,00		PC a liberar
SP	Universidade Estadual de Campinas	838/2006	581569	30/7/2008	18/12/2006	Propiciar validação dos métodos de detecção de protozoários patogênicos em água, sedimentos e solos	100.000,00	150.000,00	60.000,00	PC a liberar
SP	Fundação Butantan	864/2006	574876	6/12/2007	12/12/2006	aquisição de equipamento e material permanente, custeio e reforma de unidade de saúde		2.250.000,00		PC a liberar
SP	Sociedade Brasileira de Infectologia	1267/2006	582876	7/7/2008	12/11/2007	Capacitar profissionais médicos pra atendimento a portadores das hepatites virais	166.666,67	250.000,00		PC a liberar
SP	Confederação das mulheres do Brasil	1811/2006	586365	22/3/2008	16/1/2007	Realização do simpósio Franco-Brasileiro de hematologia e hemoterapia	112.500,00	150.000,00		PC a liberar
SP	Confederação das mulheres do Brasil	798/2006	572799	28/12/2007	17/11/2007	Capacitação de Agentes/Lideranças de Comunidade de Combate a Dengue	450.000,00	450.000,00		PC a comprovar
SP	Universidade Estadual de Campinas	850/2006	581570	31/7/2008	18/12/2007	Aquisição de equipamento e material permanente	130.000,00	130.000,00	13.000,00	PC a comprovar
TO	Ses do Tocantins	852/2006	582911	26/12/2007	12/11/2007	Ampliação, reforma e aquisição de equipamento e material permanente		489.000,00	53.790,00	PC a liberar
EXERCÍCIO DE 2007										
AC	SES Acre	2486/2007	617737	25/12/2008	16/1/2008	Ampliação da rede de frio		250.000,00	27.480,00	PC a liberar
	PM Rio Branco	2886/2007	617730	25/12/2008	16/1/2008	Aquisição de equipamentos CCZ		181.000,00	18.100,00	PC a liberar
AM	Fundação de Vigilância em Saúde-SES Amazonas	2925/2007	617791	25/12/2008	16/1/2008	Construção de Regional de Rede de Frio		220.000,00	44.000,00	PC a liberar
	Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão- FAPEX	2759/2007	617829	25/12/2008	16/1/2008	Realização de dois estudos - vacinas rotavírus e BCG		521.000,00		PC a liberar
	Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão- FAPEX	2438/2007	617833	25/12/2008	16/1/2008	Estudos e pesquisas sobre a Leshmaniose Visceral Humana		51.800,00		PC a liberar
	Universidade Federal da Bahia	Portaria 652/2007	SN	31/12/2008	7/1/2008	Implantação e Implementação das ações de hepatites virais - alta complexidade em hepatologia	553.124,00	553.214,00		Saldo a Liberar
	Universidade Federal da Bahia	Portaria 738/2007	SN	31/12/2008	16/1/2008	Realização de curso de capacitação em alta complexidade durante realização de congresso	128.500,00	128.500,00		Saldo a Liberar
BA	FAPEX-BA - Instituto Saúde Coletiva - ISC	2887/2007	617831	31/12/2008	16/1/2008	Elaboração estudos de síntese sobre determinantes sociais		183.109,00		Saldo a Liberar
	Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão- FAPEX	2527/2007	617832	31/12/2008	16/1/2008	Avaliação do impacto epidemiológico das armadilhas MosquitTrap Letal e BG-Sentinel		493.955,00		Saldo a Liberar
	PM Vitória da Conquista	2405/2007	617958	31/12/2007	16/1/2008	Aquisição de equipamentos - exame de eletroneuromiografia		110.000,00	5.500,00	Saldo a Liberar
	Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia	2927/2007	617850	25/12/2008	16/1/2008	Construção da rede de frio		200.000,00	20.000,00	PC a liberar
	PM Aquiráz	2518/2007	618001	25/12/2008	16/1/2008	Construção CCZ		400.000,00	40.000,00	PC a liberar
	SES - D. Libânia	3684/2007	618130	25/12/2008	17/1/2008	Manutenção e ampliação do Centro de Referência D. Libânia		990.000,00	110.000,00	PC a liberar
	SES Ceará	2936/2007	618132	25/12/2008		Reforma do Crie e aquisição de equipamento e material permanente		70.000,00		PC a liberar

110

Atualizado 13/02/2008

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio Siasf	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Paquado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
CE	PM Barbalha	3080/2007	618008	25/12/2008	16/1/2008	Realização de estudo sobre qualidade da água para consumo humano e de oficinas de de educação em saúde		80.561,00	4.304,00	PC a liberar
	Pm Horizonte	1140/2007	618056	25/12/2008	16/1/2008	Educação continuada para formação de ACS		149.100,00	7.455,00	PC a liberar
	PM Fortaleza	3679/2007	618043	25/12/2009	17/1/2008	Desenvolvimento de estratégias de prevenção da violência e promoção da paz		190.539,00	10.029,00	PC a liberar
DF	Fundação Universidade de Brasília	Portaria 739/2007		31/12/2008	22/1/2008	Desenvolvimento de cursos de estimativas demográficas	120.000,00	120.000,00		NC 008909 NC 480230
	Fundação Universidade de Brasília	Portaria 736/2007		31/12/2008	16/1/2008	Conclusão do laboratório de medicina tropical	963.720,00	963.720,00		NC 008923
	Associação Brasileira de Enfermagem	2937/2007	618139	31/12/2008	18/1/2008	Apoio na realização de eventos para discussão da inserção da enfermagem no campo da saúde coletiva		193.900,00		PC a liberar
	Fundação Universidade de Brasília - UNB	Portaria 670/2007		31/12/2008	16/1/2008	Criação de um observatório para monitoramento da aplicação das Convenções e Tratados Internacionais nas áreas de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador		340.000,00		NC 480198
	Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo	2491/2007	618148	25/12/2008	14/1/2008	Formação em saúde ambiental junto a trabalhadores rurais de áreas de reforma agrária		152.200,00		PC a liberar
ES	Fundação Universidade de Brasília - UNB	Portaria 633/2007		31/12/2008	16/1/2008	Desenvolvimento de três redes: Rede das Américas, Rede Escola Continental e Redes Temáticas da Rede Escola Continental	359.975,00	359.975,00		NC 480176
	Fundação Universidade de Brasília - UNB	Portaria 645/2007		31/12/2008	16/1/2008	Projeto vidas paralelas-ação compartilhada saúde, segurança e cultura do trabalhador brasileiro		624.000,00		NC 480175
	Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia - SBPT	3083/2007		25/12/2008	18/1/2008	Realização do III Encontro Nacional da Tuberculose		250.000,00		Conveniado
GO	Universidade Federal do Espírito Santo	Portaria 460/2007		30/11/2008	24/1/2007	Aquisição de teste rápido validados pelo PN DST/AIDS	4.960.000,00	4.960.080,00		NC 480114
	Universidade Federal de Goiás	Portaria 639/2007		31/12/2008	7/1/2008	Identificação, sistematização e aplicação de indicadores no âmbito da atenção básica (IESF/ACS) para avaliação do PNPS	96.130,00	96.130,00		NC 480169 NC 000134
	Universidade Federal de Goiás	Portaria 732/2007		31/12/2008	15/1/2008	Criação do núcleo acadêmico multidisciplinar de ensino, pesquisa e extensão na área de prevenção de violências e promoção a saúde	150.000,00	150.000,00		NC 480220 NC 000133
MA	FUNAPE- Fundação de apoio a pesquisa da UFG	3561/2007	618242	25/12/2008	17/1/2008	Caracterização clínico-epidemiológica dos casos suspeitos de dengue		800.000,00		PC a liberar
	SES Goiás	2443/2007	618336	25/12/2008	17/1/2008	Aquisição de caminhão refrigerado		200.000,00	20.000,00	PC a liberar
	SES Maranhão	2939/2007	618430	25/12/2008	16/1/2008	Construção e ampliação da estrutura da rede de frio de 04 unidades regionais.		554.400,37	61.599,99	PC a liberar
	FUNDEP	3443/2007	616178	25/12/2008	16/1/2008	Analisar a ocorrência dos fatores de risco e proteção das doenças crônicas não transmissíveis em Belo Horizonte - dados VIGITEL/INCA		100.000,00		PC a liberar

CGA
F. 15
JUL

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio Siasi	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
MG	Fundação Cristiano Ottoni	3806/2007	616169	25/12/2008	18/1/2008	Estudo em sedes urbanas de pequeno, médio e grande porte sobre a integração entre indicadores de qualidade da água para consumo humano e indicadores epidemiológicos		167.500,00		PC a liberar
	Fundação Arthur Bernardes	2940/2007	618045	25/12/2008	16/1/2008	Elaboração de documento base para revisão Portaria MS 518/2004		150.000,00	3.500,00	PC a liberar
	FUNDEP	3386/2007	616183	25/12/2008	16/1/2008	Realização de 27 cursos de qualificação da rede escolar continental		1.508.788,00		PC a liberar
	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	2941/2007	616184	25/12/2008	16/1/2008	Avaliação do comportamento de oviposição e dispersão de ovos de Aedes Aegypti		362.035,00		PC a liberar
	FUNDEP	2409/2007	617842	25/12/2008	21/1/2008	Integração ações de saúde do trabalhador e atenção básica		800.000,00		PC a liberar
	FUNED	2942/2007	616185	25/12/2008	16/1/2008	Produção soro anti-rábico com desenvolvimento de antígeno por cultivo celular		780.000,00		PC a liberar
	PM de Três Lagoas	2496/2007	616489	25/12/2008	15/1/2008	Ampliação de CCZ		200.000,00	20.000,00	PC a liberar
	PM Marabá	2535/2007	616570	25/12/2008	16/1/2008	Reforma de CCZ		150.000,00	15.000,00	PC a liberar
	SES do Pará	2417/2007	616620	25/12/2008	16/1/2008	Construção da rede de frio		430.000,00	43.000,00	PC a liberar
	SES Paraiba	2899/2007	616721	25/12/2008	16/1/2008	Capacitação de equipes paraibanas para o desenvolvimento de pesquisas operacionais		107.586,00	11.945,00	PC a liberar
PE	SES Pernambuco	3109/2007	616885	25/12/2008	16/1/2008	Ampliação da regional de rede de frio de Petrolina.		300.000,00	30.972,00	PC a liberar
	SES Pernambuco	3354/2007	616859	25/12/2008	16/1/2008	Reforma da cobertura da central de armazenamento		590.000,00	118.000,00	PC a liberar
	IMIP	1785/2007	616784	25/12/2008	16/1/2008	Avaliação do processo de construção e implantação da rede de formação de recursos humanos em vigilância em saúde		326.047,00		PC a liberar
	Fundação Universidade de Pernambuco	2620/2007	616755	25/12/2008	16/1/2008	Apoio a SVS, estados e municípios da região Nordeste na melhoria da qualidade de informações e cobertura do SIM		90.000,00	9.000,00	PC a liberar
	IMIP	1882/2007	616785	25/12/2008	16/1/2008	Elaboração de projeto dos cursos básicos intermediários de educação à distância		300.000,00		PC a liberar
	IMIP	2536/2007	616744	25/12/2008	16/1/2008	Realização de 2 estudos para subsidiar os gestores do PNCD		647.000,00		PC a liberar
	IMIP	1881/2007	616778	25/12/2008	16/1/2008	Pesquisa sobre magnitude do uso de bebida alcoólica nas vítimas de acidentes de trânsito em 7 capitais		1.202.108,22		PC a liberar
	Fundação Universidade de Pernambuco	3104/2007	616774	25/12/2008	16/1/2008	Apoio para estruturação do núcleo de estudos sobre violências e promoção da saúde		150.000,00	15.000,00	PC a liberar

112
CC
11/2

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pacluido	Valor Contapartida	Situação Prestação de Contas - PC
	Universidade Federal de Pernambuco	Portaria 709/2007		31/12/2008	11/1/2008	Formação de multiplicadores/promotores de municípios saudáveis e promoção da saúde	200.000,00	200.000,00		NC 008594
PI	PM Teresina	2622/2007	616901	25/12/2008	15/1/2008	Construção de CCZ		800.000,00	40.000,00	PC a liberar
PR	SES do Paraná / CPPI	3720/2007	617202	25/12/2008	18/1/2008	Modernização da produção de antígenos e insumos		400.000,00	80.000,00	PC a liberar
	SES do Paraná / CPPI	2962/2007	617203	25/12/2008	18/1/2008	Modernização da produção de soros antipeçonhentos		500.000,00	100.000,00	PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 731/2007		31/12/2008	15/1/2008	Adequar a infra estrutura do Bio manginhos às normas de boas práticas de fabricação	1.815.484,00	1.815.484,00		NC 480217 NC 002634
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 724/2007		31/12/2008	15/1/2008	Aquisição de equipamento para INCQS - teste novas vacinas	140.000,00	140.000,00		NC 480218 NC 002628
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 659/2007		31/12/2008	14/1/2008	Projeto piloto - Curso de especialização em gestão de rede de frio	95.625,00	95.625,00		NC 480191 NC 002555
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 705/2007		31/12/2008	17/1/2008	Aprimoramento de vigilância- esquistossomose e leishmanioses	150.000,00	150.000,00		NC 008568 NC 002625
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 661/2007		31/12/2008	14/1/2008	Capacitação de gestores de laboratórios para rede SISLAB	800.000,00	800.000,00		NC 480188 NC 002626
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 735/2007		31/12/2008	17/1/2008	Manutenção dos Laboratórios NB 3 vinculados à Fiocruz	720.000,00	720.000,00		NC 008922
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 649/2007		31/12/2008	14/1/2008	Prestação de serviços laboratoriais de referência para diagnóstico de doenças, identificação de vetores e avaliação de inseticidas	2.900.000,00	2.900.000,00		NC 480181
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 754/2007		31/12/2008	17/1/2008	Desenvolvimento tecnológico de reagentes e métodos para diagnóstico de doenças transmissíveis a serem incorporados à rede de laboratórios de saúde pública	5.253.689,05	5.253.689,05		NC 008942 NC 002663
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 737/2007		31/12/2008	17/1/2008	Aquisição de kits de diagnóstico de hepatites	15.337.000,00	15.337.000,00		NC 008920
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 668/2007		31/12/2008	15/1/2008	Construção de painel multicêntrico de soros caninos com diagnóstico negativo e positivo para validação de kits de diagnósticos para leishmaniose visceral	371.844,69	371.844,69		NC 008656 NC 008579 NC 002588
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 658/2007		31/12/2008	15/1/2008	Criação de unidade de referência	585.086,00	585.086,00		NC 480195 NC 002254
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 704/2007		31/12/2008	15/1/2008	criação de um centro de referência e formação em patologia com ênfase em doenças do fígado.	437.710,00	437.710,00		NC 002554 NC 480195
	Fundação Universitária José Bonifácio	2901/2007	617242	25/12/2008	16/1/2008	Apoio ao Centro de Referência - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/UFRJ	153.000,00	153.000,00		PC a liberar
	MORHAN	3124/2007	617247	25/12/2008	16/1/2008	Apoio a realização do Encontro Nacional de jovens voluntários na hanseníase		350.000,00		PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 730/2007		31/12/2008	15/1/2008	Cooperação técnica com transferência de tecnologia em MSA para técnicos do PNCH	171.300,00	171.300,00		NC 480213 NC 002631
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 729/2007		31/12/2008	15/1/2008	Implementação do Centro de Referência em Hanseníase	700.000,00	700.000,00		NC 480224 NC 002586
	Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva - CEPESC	1851/2007	617221	31/12/2008	15/1/2008	Implementação de um conjunto de ferramentas de epidemiologia espacial em uma biblioteca de código aberto - TerraLivre		165.000,00		PC a liberar

5

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio Siasf	Data Fim de Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
RJ	Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva - CEPESC	1852/2007	617224	31/12/2008	15/1/2008	Desenvolvimento de rotinas de bioestatísticas na linguagem "R"		180.840,00		PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 749/2007		31/12/2008	17/1/2008	Desenvolvimento tecnológico e capacitação de pessoal para análise espacial e geoprocessamento	292.500,00	292.500,00		NC 008997 NC 002671
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 713/2007		31/12/2008	15/1/2008	Estudo multicêntrico para avaliar o uso de armadilhas para vigilância entomológica do Aedes Aegypti	500.000,00	500.000,00		NC 008588 NC 002558
	Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva - CEPESC	2963/2007	617230	25/12/2008	16/1/2008	Construção e validação de instrumentos para coleta de dados em inquéritos populacionais sobre determinantes sociais e condições de risco para doenças não transmissíveis		206.624,00		PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 727/2007		31/12/2008	15/1/2008	Realização de inquérito nacional de doenças cardiovasculares	994.088,00	994.088,00		NC 480223 NC 002650
	Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Claves	Portaria 624/2007		31/12/2008	14/1/2008	Avaliação do processo de implantação e implementação do projeto de redução de morbimortalidade por acidentes de trânsito em municípios brasileiros	130.000,00	130.000,00		NC 480167 NC 002642 NC 002627
	Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Claves	Portaria 728/2007		31/12/2008	15/1/2008	Realização de pesquisas avaliativas dos núcleos de prevenção de violências e promoção da saúde	130.000,00	130.000,00		NC 480216 NC 002642 NC 002627
	IPAS BRASIL SC	1856/2007	617245	25/12/2008	18/1/2008	Avaliação de três serviços de referência na atenção à violência sexual na região Norte		100.000,00		PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 662/2007		31/12/2008	15/1/2008	Desenvolvimento do Sistema de Informações Ambientais integrada a Saúde Ambiental (SISAM)	492.020,00	492.020,00		NC 008562 NC 002633
	Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva - CEPESC	1791/2007	617223	31/12/2008	15/1/2008	Desenvolvimento de metodologias e material didático para cursos de bioestatística e análise de séries temporais em epidemiologia ambiental		139.150,00		PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz / FIOTEC	Portaria 748/2007		31/12/2008	17/1/2008	Implementação do Projeto "Quem é Quem na Saúde Ambiental Brasileira?" com estruturação de um banco de dados sobre o tema	220.000,00	220.000,00		NC 008899
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 710/2007		31/12/2008	15/1/2008	Pesquisa avaliativa sobre os efeitos das queimadas na saúde humana.	142.000,00	142.000,00		NC 008589 NC 002633
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 617/2007		31/12/2008	14/1/2008	Cooperação técnica às ações de vigilância em saúde ambiental	1.500.000,00	1.500.000,00		NC 480158
	SES/RJ	2965/2007	617327	25/12/2008	16/1/2008	Estruturação do LACEN/RJ para realização de análises de média e alta complexidade no monitoramento da qualidade da água para consumo humano		300.000,00	60.000,00	PC a liberar

CC 114

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
RJ	CEPESC-RJ	1264/2007	617228	25/12/2008	17/1/2008	Implementação vigilância da síncose		270.000,00		PC a liberar
	CEPESC-RJ	3120/2007	617229	25/12/2008	16/1/2008	Apoio ao Seminário - Boas práticas do SUS na erradicação do trabalho infantil		230.000,00		PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 740/2007		25/12/2008	17/1/2008	aquisição de equipamentos - exames de contaminação humana por substâncias químicas	750.000,00	750.000,00		NC 008908 NC 002655 NC 002661
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 653/2007		31/12/2008	15/1/2008	Curso Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	776.000,00	776.000,00		NC 480196 NC 002648
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 615/2007		31/12/2008	14/1/2008	Apoio a implantação rede nacional de atenção à saúde do trabalhador	800.000,00	800.000,00		NC 480156 NC 002648
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 585/2007		31/12/2008	10/12/2007	Estudos e pesquisas - monitoramento de populações de maior risco - DST/AIDS	1.800.000,00	1.800.000,00		NC 480140
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 548/2007		31/12/2008	14/1/2008	Produção e distribuição de medicamentos para atender o PN_DST/AIDS	82.408.900,00	82.408.900,00		NC 480134 NC 002636 NC 002531
	Fundação Ataulpho de Paiva	2500/2007	617236	31/12/2008	16/1/2008	Elaboração, execução e publicação de modelo de busca ativa de casos de tuberculose		278.000,00		PC a liberar
	Fundação Oswaldo Cruz	Portaria 635/2007		31/12/2008	14/1/2008	Desenvolvimento tecnológico de novas associações de tuberculostáticos	468.000,00	468.000,00		NC 480180
	Laboratório Químico Farmacêutico do Exército	Portaria 434/2007		31/12/2008	12/12/2007	Aquisição de equipamentos para produção do medicamento Fosfato de Oseltamivir	4.214.000,00	4.214.000,00		NC 480105
RN	Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica	Portaria 459/2007		31/12/2008	20/11/2007	Aquisição de equipamentos e material permanente para o enfrentamento da gripe aviária	722.790,00	722.790,00		NC 480116
	Laboratório Farmacêutico da Marinha	Portaria 523/2007		31/12/2008	10/12/2007	Aquisição de equipamentos e material permanente para o enfrentamento da pandemia de gripe aviária	1.352.000,00	1.352.000,00		NC 480142
	ABRASCOS-Associação Brasileira de Saúde Coletiva	3530/2007	617215	25/12/2008	18/1/2008	Apoio para realização Congresso Epidemiologia		800.000,00		PC a liberar
RO	SES do Rio Grande do Norte	3063/2007	617426	25/12/2008	16/1/2008	Desenvolvimento de banco único em formato postgree - SIM/SINASC/SINAN		204.000,00	20.400,00	PC a liberar
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Portaria 741/2007		31/12/2008	14/1/2008	Produção de estatísticas demográficas e desenvolvimento de metodologia para controle automático da qualidade do preenchimento (SIM/SINASC)	105.000,00	105.000,00		NC 008913
RR	PM Cacoal	2624/2007	617458	25/12/2008	16/1/2008	Construção de CCZ		500.000,00	26.000,00	PC a liberar
RS	SES Roraima	2904/2007		25/12/2008	16/1/2008	Construção de regionais de rede de frio		428.234,95	47.581,66	Conveniada
	Fundação de Apoio Universitário UF-Pelotas	3129/2007		25/12/2008	16/1/2008	Realizar inquérito sobre atividade física nas cidades de Curitiba, Recife e Pelotas		190.000,00		Conveniada
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Portaria 632/2007		31/12/2008	14/1/2008	Elaborar indicadores para vigilância do diabetes, doenças cardiovasculares e outras crônicas.	200.000,00	200.000,00		NC 480180

115

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio	Data Fin da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
SE	PM Propria	2449/2007	617597	25/12/2008	17/1/2008	Aquisição de equipamentos CCZ		100.000,00	10.000,00	PC a liberar
	Fundação Butantan	2835/2007	618457	25/12/2008	15/1/2008	Produção de novas vacinas de interesse do PNI		4.300.000,00		PC a liberar
	Universidade Federal de São Paulo	Portaria 602/2007		31/12/2008	15/1/2008	Construção Rede de Frio		400.000,00		NC 008593
	Confederação das Mulheres do Brasil	2974/2007	618449	31/12/2008	17/1/2008	Capacitação de monitores como multiplicadores das ações de combate a dengue	400.000,00	150.000,00		PC a liberar
	Fundação Faculdade de Medicina	3507/2007	618471	31/12/2008	17/1/2008	Estudo de custo efetividade - incorporação de novas vacinas na rotina do PNI - Hepatite A; Meningocócica C e Pneumocócica conjugada		200.000,00		PC a liberar
	PM Sorocaba	2836/2007	618854	31/12/2008	17/1/2008	Construção de CCZ		700.000,00	70.000,00	PC a liberar
	PM Ferraz de Vasconcelos	2552/2007	618632	31/12/2008	17/1/2008	Construção de CCZ		600.000,00	62.325,82	PC a liberar
	Fundação Faculdade de Medicina	2626/2007	618468	31/12/2008	17/1/2008	Criação de central de informações em patologia hepática no Centro de Referência em Anatomia patológica das Doenças do Fígado do HCFMUSP		472.075,00		PC a liberar
	Fundação de Pesquisa e Ensino em Ciências da Saúde de Bauru Instituto Lauro Souza Lima	1810/2007	601129	21/12/2008	28/12/2007	Apoio ao 17º congresso Internacional de Hanseníase		220.000,00		PC a liberar
	Centro de Estudos Augusto Ayrosa Galvão	2547/2007	618448	25/12/2008	17/1/2008	Realização de estudo para analisar os tempos entre a solicitação, realização e devolução dos exames bacteriológicos de tuberculose		200.000,00		PC a liberar
	Fundação Faculdade de Medicina	2506/2007	618469	25/12/2008	17/1/2008	Aperfeiçoamento do sistema Vigil		150.000,00		PC a liberar
	Universidade Estadual Julio Mesquita Filho	3629/2007		25/12/2008	23/1/2008	Reestruturação da sala de musculação e Ginásio de ginástica artística da Universidade para implantação de atividades de promoção da saúde		99.000,00	21.800,00	Conveniada
	Centro de Educação Permanente em Saúde Pública	3534/2007	618446	25/12/2008	21/1/2008	Criação de plataforma e metodologia de ensino a distância para capacitação de gestores e profissionais de saúde de todas as regiões - PNPS		400.000,00		PC a liberar
	Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia	1817/2007	618930	25/12/2008	17/1/2008	Ações de prevenção de acidentes de trânsito e cultura de paz no trânsito		100.000,00		PC a liberar
	Fundação Faculdade de Medicina	2550/2007	618474	25/12/2008	17/1/2008	Apoio à estruturação de polo de treinamento de profissionais de saúde voltado a vigilância da qualidade do ar		123.421,12		PC a liberar
	Fundação Faculdade de Medicina	2507/2007	618470	25/12/2008	17/1/2008	Desenvolvimento de projeto piloto do Subsistema de Monitoramento de populações expostas a substâncias químicas		450.000,00		PC a liberar
	PM São Paulo	2553/2007	618834	25/12/2008	17/1/2008	Criar banco de projetos do Projeto Ambientais Verdes e Saudáveis-PAVS		720.000,00	80.000,00	PC a liberar
	PM de Diadema	3729/2007	618609	25/12/2008	17/1/2008	Estruturação das ações de vigilância ambiental		44.415,00	4.935,00	PC a liberar

SP

116
11/6/08

Atualizado 13/02/2008

Relação dos Convênios Vigentes no exercício de 2007

UF	Entidade	Identificação do Termo Inicial	Nr. Convênio	Data Fim da Vigência	Data Publicação D.O.U.	Objeto	Valor transferido no exercício de 2007	Total Pactuado	Valor Contrapartida	Situação Prestação de Contas - PC
	Universidade Federal de São Paulo	Portaria 513/2007		31/12/2008	10/12/2007	Implantação de unidade de saúde do trabalhador no interior do Porto de Santos/SP	200.000,00	200.000,00		NC 480127
	UNIFESP-SP	631/2007	617100	31/12/2008	15/1/2008	Cooperação gerencial e técnica ações saúde do trabalhador		250.000,00	25.000,00	PC a liberar
	Fundação de Desenvolvimento Administrativo	1862/2007	618459	31/12/2008	17/1/2008	Mapeamento dos elos críticos dos processos operacionais previstos no PNCD		365.000,00	73.000,00	PC a liberar
	SES São Paulo	2769/2007	618914	31/12/2008	17/1/2008	Aquisição de equipamentos para expansão de pesquisas na área de hanseníase no Instituto Lauro de Souza Lima		103.000,00	20.600,00	PC a liberar
	PM Araguaína	2452/2007	617603	25/12/2008	17/1/2008	Aquisição de equipamentos CCZ		152.000,00	8.000,00	PC a liberar
TO	SES Tocantins	2771/2007	617660	31/12/2008	21/1/2008	Construção da Rede de frio		220.000,00	24.400,00	PC a liberar

6

